



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco: Missão

Cláudia Madalena Cravo Jorge

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciências Documentais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor António dos Santos Pereira

Covilhã, Outubro de 2012

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha filha, Matilde, e ao meu marido Carlos Jorge.

Agradecimentos

Começo por agradecer ao Carlos e à Matilde, marido e filha, que me apoiaram, compreenderam as minhas ausências e incentivaram para continuar. Adoro-vos!

Gostaria também de agradecer ao orientador Professor Doutor António dos Santos Pereira, com quem tive o prazer de trabalhar, que me orientou, estimulou e incentivou.

A todos os funcionários da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Joaquim Morão, por toda a confiança que sempre depositou em mim.

Aos meus pais e irmão, que sempre me apoiaram e incentivaram.

A todos, um sincero e sentido obrigado.

Resumo

O principal objetivo desta dissertação é realçar a importância da Biblioteca Municipal de Castelo Branco e a sua missão na formação e promoção cultural, social e intelectual da população do concelho de Castelo Branco. Nela, abordamos em primeira aproximação o conceito de biblioteca e de toda a sua evolução histórica, a sua missão e objetivos. Depois, faremos a descrição pormenorizada da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, como foi constituída, as personalidades que se empenharam em desenvolver os seus fundos e a implicaram nos serviços sociais e culturais que hoje cumpre na formação do homem beirão e não só. Porque também é relatório, apresentaremos as atividades que levamos a cabo ao longo do Ano Letivo por iniciativa nossa ou enquadradas no programa já institucionalizado. Por fim, será feita uma análise de toda a evolução de empréstimos, bem como o número de utilizadores em atividades na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, desde 2007 até aos dias de hoje.

Palavras-chave

Biblioteca Municipal de Castelo Branco; Missão; Utilizadores; Hora do Conto

Abstract

The main objective of this work is to highlight the importance of the Municipal Library of Castelo Branco and its mission of training and supporting cultural, social and intellectual population in Castelo Branco. Here, we discuss the concept of library and all its historical evolution, its mission and objectives. Then we make a detailed description of the Municipal Library of Castelo Branco, as it was constituted, the personalities who have endeavored to develop their funds and involved it in social services and cultural training that meets the men that today live here and beyond. Because it is also a report, we present the activities that we carry out throughout the School Year initiative or framed in our program already institutionalized. Finally, an analysis will be made of the whole evolution of loans as well as the number of users in activities in the Municipal Library of Castelo Branco, from 2007 to the present day.

Keywords

Municipal Library of Castelo Branco; Mission; Users; Story Time

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 - Enquadramento Teórico	
1.1 - O conceito de biblioteca: sua origem e história	3
1.2 - O depósito legal nas bibliotecas em Portugal	5
1.3 - As Bibliotecas em Portugal	6
1.4 - Missões e Funções das Bibliotecas Públicas	10
1.5 - Da Biblioteca Tradicional à Biblioteca Digital	12
1.6 - O Bibliotecário e as suas funções	16
Capítulo 2 - A Biblioteca Municipal de Castelo Branco	
2.1 - História da Biblioteca Municipal de Castelo Branco	19
2.2 - O edifício da Biblioteca Municipal de Castelo Branco	25
2.2.1 - Piso 0 - Foyer	26
2.2.2 - Piso 1	27
2.2.3 - Piso 2	28
2.2.4 - Piso 3	28
2.2.5 - Piso -1	29
2.3 - O espólio	29
2.4 - Missão e objetivos da Biblioteca Municipal de Castelo Branco	31
2.5 - Serviços	32
2.6 - Recursos Humanos	35
2.7 - Atividades de Promoção da Leitura	35
2.7.1 - Público Infantil e Juvenil	36
2.7.2 - Público Adulto	38
2.8 - Perfil dos Utilizadores	39
Capítulo 3 - Desenvolvimento das Atividades ao longo do Ano Letivo	
3.1 - Atividades de promoção da leitura com crianças	41
3.1.1 - Outubro	41
3.1.2 - Novembro	41
3.1.3 - Dezembro	42
3.1.4 - Janeiro	42
3.1.5 - Fevereiro	42
3.1.6 - Março	43
3.1.7 - Abril	43
3.1.8 - Maio	43
3.1.9 - Junho	43
3.2 - Outras atividades de promoção da leitura	44

Conclusões	45
Referências bibliográficas	47
Anexos	53

Lista de Figuras

Figura 1 - Características e pressupostos tradicionais associados às Bibliotecas Digitais	14
Figura 2 - Fachada da Biblioteca Municipal de Castelo Branco	26

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Preçário

35

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Espólio	30
Gráfico 2 - Empréstimos ano 2007	33
Gráfico 3 - Empréstimos ano 2008	33
Gráfico 4 - Empréstimos ano 2009	33
Gráfico 5 - Empréstimos ano 2010	33
Gráfico 6 - Empréstimos ano 2011	33
Gráfico 7 - Utilizadores de Internet	34
Gráfico 8 - Participação das crianças nas atividades	37
Gráfico 9 - Participação dos adultos nas atividades	38

Lista de Anexos

Anexo 1 - Interior da Biblioteca Municipal Dr. Jaime Lopes Dias	55
Anexo 2 - Exterior da Biblioteca Municipal de Castelo Branco	56
Anexo 3 - Átrio da Biblioteca	57
Anexo 4 - Sala polivalente	58
Anexo 5 - Balcão de Atendimento	59
Anexo 6 - Leitura Informal	60
Anexo 7 - Área Multimédia	61
Anexo 8 - Área Adultos	62
Anexo 9 - Área Juvenil	63
Anexo 10 - Sala da Hora do Conto	64
Anexo 11 - Área Infantil	65
Anexo 12 - Depósitos	66
Anexo 13 - Pesquisa Rede Conhecimento nas Bibliotecas Públicas	67
Anexo 14 - Tabelas referente a empréstimos 2007-2011	68
Anexo 15 - Área de Internet	69
Anexo 16 - Tabela referente utilização da internet 2007-2011	70
Anexo 17 - “ Ler para crescer... Ler para Viver” - Projeto de atividades	71
Anexo 18 - Atividades na área infantil	78
Anexo 19 - Atividade “Ler a Dois”	79
Anexo 20 - Tabela referente ao número de crianças que participaram em atividades entre 2007-2011	80
Anexo 21 - Exposição sobre Luís Augusto Pinto Garcia no <i>Foyer</i>	81
Anexo 22 - Visita guiada a um grupo de idosos	82
Anexo 23 - Tabela referente ao número de adultos que participaram em atividades entre 2007-2011	83
Anexo 24 - Atividades Outubro 2011	84
Anexo 25 - Atividades Novembro 2011	85
Anexo 26 - Atividades Novembro 2011	86
Anexo 27 - Atividades Dezembro 2011	87
Anexo 28 - Atividades Janeiro 2012	88
Anexo 29 - Atividades Fevereiro 2012	89
Anexo 30 - Atividades Março 2012	90
Anexo 31 - Atividades Abril 2012	91
Anexo 32 - Atividades Junho 2012	92
Anexo 33 - Atividades Junho 2012	93
Anexo 34 - Clube de Leitura Adultos	94
Anexo 35 - Grupo Cef Afonso de Paiva	95
Anexo 36 - Regulamento da Biblioteca Municipal de Castelo Branco	96

Introdução

A presente dissertação insere-se no plano de estudo do Mestrado em Ciências Documentais, na Universidade da Beira Interior, sob a orientação do Professor Doutor António dos Santos Pereira, e tem como propósito estudar a Biblioteca Municipal de Castelo Branco, a sua missão e todos os projetos que a envolvem como espaço de cultura e património cumprindo com o ideário universal que a UNESCO nos propõem no seu manifesto a propósito:

“A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtivista e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. (...) os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos na base da igualdade de acesso para todos, sem distinção da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais”.

(Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas, 1994)

Os objetivos principais da Biblioteca Municipal de Castelo Branco e de todas as bibliotecas públicas são levar a informação a um maior número possível de pessoas e desenvolver a cultura em geral. A biblioteca deve disponibilizar um conjunto de serviços que ultrapassem o âmbito do seu espaço físico e permitir o acesso livre ao seu acervo bibliográfico e digital. O acesso aos recursos em depósito, livros e publicações periódicas antigas, obras raras ou em mau estado de conservação, outros documentos únicos, é condicionado a consulta na sala de reservados e mediante a autorização do bibliotecário ou do Diretor de Departamento.

Atualmente, as bibliotecas públicas desenvolvem projetos junto da comunidade em geral, mas sobretudo da comunidade escolar, portanto, junto das populações mais novas, as quais estão a adquirir hábitos de leitura. Assim, confirmamos a proposta feita pela Unesco que nos diz que “os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais” (Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas, Unesco, 1994). As bibliotecas municipais têm os mesmos objetivos das bibliotecas públicas e seguem os pressupostos do Manifesto da Unesco de 1994, estas são tuteladas pelas Câmaras Municipais prestando um serviço gratuito à comunidade.

O Regulamento da Biblioteca Municipal de Castelo Branco (2011) comprova que a Biblioteca é um serviço tutelado pela respetiva Câmara Municipal que tem como principais objetivos: facilitar o acesso à cultura, à informação, à educação e ao lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento social e cultural dos cidadãos do concelho de Castelo Branco.

“Os agentes de mediação variam no seu grau ou nível de institucionalização das configurações de interdependências ou redes que os suportam. Podem ser agentes de mediação: o sistema escolar, a censura, a página da internet, o crítico, a tertúlia, a biblioteca, o café, o prefaciador, a família, o editor, o livreiro, o local público ou de venda a retalho de livros, revistas e jornais.”

(Curto, 2006: 346)

A instituição em causa tem um papel fundamental no trabalho com as famílias, as escolas, permitindo-lhe bases de conhecimento para desempenharem as suas funções de promotoras e mediadoras do ato de ler e desenvolverem a cultura de combate à ausência dos hábitos de leitura. Este espaço é um novo pólo dinamizador e de encontro da população. Devido à sua localização estratégica no centro da cidade, esta biblioteca marca um passo de progresso importante no âmbito educativo, cultural, social e político de Castelo Branco e do seu concelho.

O município albicastrense, com este equipamento cultural por excelência, colabora com as diferentes instituições da cidade e do concelho, com bibliotecas escolares, estabelecimentos de ensino, freguesias e suas bibliotecas, associações, permitindo divulgar e dinamizar as mais variadas atividades de promoção e animação da leitura, bem como fazer empréstimos de recursos disponíveis para o efeito. Chartier (1997) refere que quando se constrói uma biblioteca não é para se fechar sobre si, mas ser honesta, atraente e universal para a população.

As bibliotecas terão de promover a leitura, no caso concreto, a Biblioteca Municipal de Castelo Branco deverá aproximar todos os leitores os atuais e os potenciais de todos os suportes de texto, participando assim na política cultural do seu concelho.

Estas temáticas serão desenvolvidas ao longo desta dissertação em dois capítulos. No primeiro, iremos analisar o conceito de biblioteca e toda a sua evolução histórica, bem como a função do depósito legal em Portugal e o processo de implantação das bibliotecas públicas, a missão e os objetivos das mesmas.

No segundo capítulo, observaremos toda a sua história e missão, bem como faremos a explicação dos espaços de implantação. Por fim, pretendemos comparar todas as estatísticas de empréstimos de documentos, atividades com crianças, bem como a sua descrição, deste novo espaço desde a sua abertura até aos dias de hoje.

Capítulo 1 - Enquadramento teórico

Apresentamos neste capítulo o conceito de Biblioteca, a sua origem e evolução ao longo da nossa história, em particular na esfera cultural, funções e missão. Aprofundamos a temática do depósito legal em Portugal, bem como as diferenças existentes entre as bibliotecas tradicionais e as bibliotecas digitais. Concluiremos este capítulo com a importância do bibliotecário e a descrição das suas funções numa biblioteca pública.

1.1 - O conceito de Biblioteca: sua origem e história

A biblioteca teve, ao longo da história do homem, os mais diversos significados. A palavra de origem grega é composta por dois elementos, βιβλίον, livro, eθήκη, depósito, e são vários os autores que tentam definir o seu conceito, uns tendo em conta o seu espólio, outros, a sua função imediata ou a tutela (Santos, 2009:1).

Eco (1987) refere que a biblioteca adquiriu diversas funções ao longo da história. Nunes (1987) diz-nos que o conceito de biblioteca “depende do conhecimento que tivermos da sua função na sociedade e até da experiência individual (...). Para os que nunca ultrapassaram o seu limiar, é o desconhecido, a ideia vaga de uma coleção de livros, mais ou menos arrumados, sem utilidade muito clara” (Nunes, 1987:11). Cruz (1959) insiste na biblioteca como “um conjunto de livros ordenados que pode estar ou não, para o efeito de livre consulta, à disposição de qualquer leitor” (Cruz, 1959: 11) Ao longo da história, as bibliotecas tiveram várias funções, mas sempre com a intenção de preservar e cuidar dos livros ou de outro suporte de escrita. A biblioteca surgiu devido à necessidade de preservar e registar tudo aquilo que se comprava e vendia: “*Primero fue el archive y luego la biblioteca porque la escritura surgió por motivos contables para registrar lo que se debía pagar y lo que ya se había pagando à las autoridades*” (Escolar, 1990:15). Escolar (1990) refere ainda que os sacerdotes eram responsáveis por esta contabilidade e foram os primeiros a perceberem o interesse em organizar os respetivos espólios.

Os primeiros registos de escrita apareceram na Suméria, utilizando como suporte placas de argila, servindo para anotar, enviar mensagens, fazer testamentos. Martins (2002) *apud* Silva (s.d) refere que as bibliotecas têm sido definidas consoante o material utilizado.

“As chamadas bibliotecas minerais, que utilizavam argila; as bibliotecas vegetais, que usavam papiro e tabuletas de madeira e as bibliotecas animais, nas quais eram encontrados documentos feitos a partir da pele de certos animais como o carneiro.”

(Silva, s.d:3)

Segundo Cosme (2004), nas bibliotecas da Mesopotâmia encontravam-se obras sumérias literárias e de diversas ciências. A biblioteca de Ebla é trazida à colação como mais antiga do

mundo (2500 a 2000 a. C) e estava situada na Síria, tendo sido descoberta em 1974. O mesmo autor mostra como se encontra o espólio daquela *“en la primera instancia se encontro un millar de textos y poco después en la segunda, que debio de ser la biblioteca o archivo general del Palacio Real fueron rescatados unos catorce mil textos entre tablillas completas y fragmentos. Finalmente, en 1976 se encontraron en un tercer espácio otros 450 documentos”* (Cosme, 2004:18).

Segundo Escolar (1990), a escrita utilizada nestas tábuas era cuneiforme. Foram descobertas listas de reis, inventários, tratados políticos, poemas mitológicos e épicos. O autor lembra ainda que já nesta época as funções das bibliotecas já estavam definidas:

“Las excavaciones de Ebla nos han mostrado que las funciones bibliotecárias estaban definidas en sus líneas esenciales hace 4500 años: clasificación de los materiales, signaturas en los omos de las tabletas para su pronta localización y estarias en las que los materiales descansaban ordenados por su forma y por su contenido para que se conservaran com seguridad y se encontraran com rapidez.”

(Escolar, 1990: 197, 21)

No século XIX, descobriu-se a biblioteca de Assurbanipal no palácio de Nínive. O rei Assurbanipal teve sempre uma enorme preocupação em preservar os textos antigos. Segundo Santos (2009), *“o acervo da biblioteca era documentado em blocos de argila cozida e escrita em caracteres cuneiformes que remontam o século IX a.C.”* (Santos, 2009:2).

Outros autores demonstraram a importância desta biblioteca para a nossa história, Cosme (2004) aduz que:

“los textos de la biblioteca de Asurbanipal incluían naraciones épicas, mitológicas, obras históricas, dinastias, listas de dioses, literatura, ciências. Puede considerarse la recopilación mas completa de la cultura de su época e incluía todas las ramas del saber. Fui quizá la primera biblioteca com pretensiones de ser una colección enciclopédica y universal.”

(Cosme, 2004:20)

Escolar (1990) diz-nos que os mesopotâmicos criaram a arquivologia e a biblioteconomia, tendo como começaram a organizar, conservar guardar e arquivar todos os seus documentos. *“También a eles se deben los primeiros catálogos o listas de obras, cuya finalidad se ignora, aunque parece muy probable que describieran el contenido de un estante o de una habitacion de la biblioteca”* (Escolar, 1990:29). Por seu turno Cosme insiste que *“La biblioteca de Alejandria fue fundada por Ptolomeo I Soester en el âmbito del museo, a la vez templo de las musas y centro de estudios superiores y ampliada por su sucesor Ptolomeu II Filadelfo”* (Cosme, 2004:26).

Uma das maiores bibliotecas na antiguidade foi a biblioteca de Alexandria, que nasceu na cidade egípcia de Alexandria. Segundo Silva (s.d), esta biblioteca estava dividida em duas partes: *“numa parte ficavam armazenados cerca de 400 mil volumes, depositados no prédio conhecido como Bruchium e outros 300 mil volumes armazenados no Serapium, templo onde*

era realizado o culto ao deus híbrido *Serapis*” (Silva, s.d: 3). Esta biblioteca encontrava-se muito bem organizada. Alguns bibliotecários famosos estiveram à sua frente, tais como: Calímaco de Cirene, Aristófanos de Bizâncio. Silva (s.d) refere que os documentos encontravam-se organizados no formato rolo de papiro, possuindo manuscritos raros e únicos, os quais se perderam. Esta biblioteca foi destruída várias vezes pelo fogo, tendo sido um dos incêndios provocado por Júlio César. A biblioteca de Alexandria surge no período helenístico. Alguns autores defendem que ela é grega, outros, que é egípcia.

Também grande biblioteca na Antiguidade foi a de Pérgamo. Escolar (1990) diz-nos que “*la única biblioteca que pudo rivalizar com la de Alejandria en el mundo griego fue la de Pérgamo, reino de Asia Menor no tan extenso y de duración más corta que el de los Ptolomeo, cuyos reyes denominados atálidas, fueron protectores del arte*” (Escolar, 1990:58). Esta reunia um grande número de intelectuais e pedagogos, tentando assim competir com a biblioteca de Alexandria.

1.2 - O depósito legal nas bibliotecas em Portugal

O depósito legal tem como principal objetivo desenvolver e preservar uma coleção de documentos. O respetivo normativo estabelece que o depósito legal é o “depósito obrigatório de um ou vários exemplares de toda e qualquer publicação feita numa instituição pública para tal designada” (Decreto-lei n.º 73, 1982:476). Segundo Campos (2007), “o depósito legal consiste na obrigação que tem um editor e/ou produtor de qualquer tipo de documentação de depositar numa instituição nacional designada para o efeito, de um ou mais exemplares do material que editou ou produziu em múltiplas cópias e para uso público” (Campos, 2007:97). Fiolhais (2007) diz que o depósito legal é antigo e que surgiu em França no ano de 1537, o qual revertia em benefício da biblioteca real. Em 1798, o depósito legal surgiu em Portugal a favor da Real Biblioteca Pública da Corte. Em 1805, surgiu na Biblioteca Pública de Évora e, em 1851, também na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Segundo o mesmo autor, foi determinado por decreto de 18 de Julho de 1851 “que de cada obra fossem depositados seis exemplares em cinco bibliotecas do país, entre as quais a de Coimbra. Contudo, só a partir de 1931, quando um outro decreto remodelou os serviços das bibliotecas e arquivos nacionais, o depósito legal começou com regularidade na Biblioteca de Coimbra” (Fiolhais, 2007:115).

O Decreto-lei n.º 73/82, no seu artigo 3º enumera os objetivos do depósito legal:

1. “Defesa e preservação dos valores da língua e cultura portuguesas;
2. Constituição e conservação de uma coleção nacional (todas as publicações editadas no país);
3. Produção e divulgação da bibliografia nacional corrente;
4. Estabelecimento da estatística das edições nacionais;
5. Enriquecimento de bibliotecas dos principais centros culturais do país”.

O mesmo decreto estabelece que o depósito é obrigatório em revistas, livros, jornais, brochuras, mapas, cartas cartográficas, obras musicais impressas, obras cinematográficas, entre outros.

Fiolhais (2007) demonstra como deve decorrer o processo quanto às novas obras editadas:

“devem ser entregues à Biblioteca Nacional de Lisboa, que gere o serviço, 11 exemplares de cada item. São beneficiárias, para além da Biblioteca Nacional de Lisboa (que recebe 2 exemplares), as bibliotecas públicas de Évora e Braga, a Biblioteca Geral de Coimbra, a Biblioteca Municipal de Lisboa e a Biblioteca Pública do Porto, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, através de bibliotecas respetivamente no Funchal e em Ângra do Heroísmo, e a Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, Brasil.”

(Fiolhais, 2007:1115)

Segundo a Biblioteca Nacional de Portugal, a tipografia é que tem de pedir *on-line* o número de registo de depósito legal, preenchendo o formulário e demonstrando cumprir todos os requisitos legais. Ficam isentos de depósito legal os trabalhos de impressão sem valor de publicação bibliográfica. O depósito legal tem de ser feito com tempo de antecedência suficiente para que depois possa ser entregue ao editor afim de o referenciar na publicação em causa antes de estar ser distribuída.

1.3 - As Bibliotecas em Portugal

O conceito de biblioteca pública em Portugal surgiu, segundo Pinto (2007), com o “nome da Real Biblioteca Pública da Corte, criada em 1796, por Alvará Régio de 29 de Fevereiro de 1796, em pleno reinado de D. Maria I, rebatizada, depois, “Prima Biblioteca” e, mais tarde, com o Liberalismo, Biblioteca Nacional” (Pinto, 2007:25). A inauguração desta biblioteca deve-se a algumas alterações ocorridas durante o governo do Marquês de Pombal, “com a divulgação das ideias igualitárias da Revolução francesa, a instrução começou a deixar de ser considerada privilégio de alguns, abrindo-se a toda a população o que irá ter alguns reflexos nas bibliotecas.” (Nunes:1998:26). A Real Biblioteca da Corte tinha como principal objetivo promover a língua portuguesa e a dedicação à cultura das ciências e das artes. Em 1815, foi inaugurada, pelo Bispo D. Manuel do Cenáculo, a Biblioteca Pública de Évora. No ano de 1833, foi inaugurada a Biblioteca Pública Municipal do Porto no contexto da Revolução liberal aí tendo exercido funções de segundo bibliotecário o historiador Alexandre Herculano. Nunes (1998) refere que a partir desta data e com o triunfo dos ideais liberais foram criadas várias bibliotecas em todo o país.

“O movimento de renovação das mentalidades, por um lado, e a confiscação dos bens das ordens religiosas, por outro, levam o Governo a ordenar, em Agosto de 1936, que sejam criadas Bibliotecas públicas nas capitais dos distritos, constituídas a partir das livrarias dos conventos extintos.”

(Nunes, 1998:27)

Barata (2005) nota que em 1834 foi criado pelo liberalismo um organismo público, o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, que tinha como “finalidade de assegurar a arrecadação das livrarias dos conventos extintos, bem como a sua distribuição” (Barata, 2005:37). Em 1841, o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos funde-se com a Biblioteca Nacional. Barata (2005) diz-nos que o Depósito criou uma gestão de património bibliográfico interagindo com toda a política cultural do liberalismo, levando o conhecimento e a cultura a toda a população.

“A criação de uma biblioteca pública em cada capital de distrito, a criação de uma biblioteca especializada em cada uma das secretarias de estado, a criação de uma biblioteca geral em cada um dos liceus então surgidos, bem como a promoção generalizada da criação de bibliotecas nas mais diversas instituições de índole científica, educativa, cultural profissional, etc.”

(Barata, 2005:38)

Nunes (1998) informa que, em 1870, D. António da Costa criou uma legislação muito avançada para a época. Se esta funcionasse em pleno, Portugal teria uma rede de bibliotecas muito organizada e atualizada ainda no século XIX. Com efeito, propôs a criação de Bibliotecas Populares, para que o povo conseguisse ler. “Para isso era necessário que os poderes políticos actuassem em colaboração com as câmaras municipais e mesmo com a iniciativa particular, de modo a que existissem bibliotecas em todas as sedes de concelho” (Nunes, 1998:27). Estas bibliotecas iriam complementar tudo aquilo que era ensinado nas escolas.

Segundo Barata (2005), foi entre as décadas de 30 e 70 do século XIX que foram criadas várias bibliotecas públicas, tais como: Vila Real, Bragança, Porto, Braga, Castelo Branco, Setúbal, entre outras. O mesmo autor demonstra que as bibliotecas surgiram também como um complemento às instituições públicas e privadas, sendo criadas, mais tarde, bibliotecas especializadas.

Com o liberalismo, tinha surgido um novo conceito de biblioteca, esta deixava de ser fechada à comunidade privando a população do conhecimento e assumia-se como uma biblioteca de serviço à comunidade, à cultura e à cidadania.

A Proclamação da República, em 1910, confirmou que as bibliotecas eram essenciais “para combater a ignorância e democratizar a cultura” (Nunes, 1998:28). O mesmo autor aduz que, com a república, pretendeu-se tornar os livros úteis, transformando as bibliotecas em “Palácios de Leitura que deviam servir para ensinar, informar e distrair, criando hábitos de leitura e pondo o cidadão ao corrente dos negócios públicos” (Nunes, 1998:28).

Ventura (2002) e Nunes (1998) mencionam que no ano de 1919 existiam sessenta e oito bibliotecas municipais e em 1920 cinquenta bibliotecas móveis. Pinto (2007) refere que o conceito de biblioteca pública surgiu com a primeira república. A mesma autora diz-nos que:

“as leis republicanas originaram a criação de bibliotecas populares em todo o país após 1911, sobretudo com a publicação do Decreto de 18 de Março de 1911, que reorganizou os serviços de bibliotecas e arquivos nacionais, além de estipular a criação de bibliotecas móveis que ficariam na dependência das bibliotecas populares.”

(Pinto, 2007:27)

Santos (2006) menciona que as bibliotecas itinerantes surgiram com o “escritor Branquinho da Fonseca, então director da Biblioteca do Museu dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais, lugar para o qual Fernando Pessoa em tempos concorreu, sendo rejeitado por falta de qualificações” (Santos, 2006:244). Branquinho da Fonseca implementou o projeto das bibliotecas itinerantes no ano de 1958. O principal objetivo da biblioteca itinerante era tornar o livro e a leitura acessíveis a toda a população, conseguindo desenvolver a cultura entre populações mais afastadas das bibliotecas.

A Fundação Calouste Gulbenkian criou bibliotecas fixas em algumas localidades, mudando o trajeto das itinerantes para outras áreas. “Em 1972, a Fundação Calouste Gulbenkian tinha em funcionamento uma rede de 60 bibliotecas itinerantes e 166 fixas, facto assinalável considerando que o número total de bibliotecas era de 301” (Ventura, 2002:61). O mesmo autor refere que a Fundação Calouste Gulbenkian promovia ações de apoio e promoção da leitura nas bibliotecas fixas.

Ao contrário do que se pensava, com a ascensão da democracia em 1974, houve um decréscimo das bibliotecas em funcionamento, em comparação com a década de 60. Segundo Pinto (2007) e Ventura (2002), a evolução das bibliotecas começa a alterar o quadro que se vivia após o 25 de Abril de 1974, quando são inauguradas as primeiras bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Ventura (2002) refere que esta alteração surtiu efeito:

“na sequência da nova orientação política para o sector, formalizada pela Secretaria de estado da Cultura através do Despacho n.º 23/86 e do Decreto-Lei n.º 111/87. Dos 304 municípios existentes na altura, 178 declararam de imediato a intenção de participar no programa de criação de uma rede de bibliotecas municipais, tendo sido, em seguida, assinados os primeiros 51 contratos-programa.”

(Ventura, 2002: 62)

Pinto (2007) demonstra que este decreto permitiu a criação de “um grupo de trabalho com o objectivo de preparar um relatório que servisse de base para uma intervenção coordenada nas bibliotecas públicas” (Pinto, 2007:30). As bibliotecas públicas começaram a ter um maior impacto junto da população promovendo o acesso aos documentos, envolvendo-se com a comunidade, criando um espaço ativo, um encontro de saberes. Segundo Ventura (2002), o relatório permitiu a criação de um programa de rede de bibliotecas municipais, gerido pelo Instituto Português do Livro e da Leitura. Este programa estabelecia:

“regras de formalização de contratos-programa entre o Estado e as autarquias com vista à consecução dos objectivos previstos, de acordo com o quadro traçado, caberia à administração central promover e participar em parceria com as autarquias, na instalação à escala do território nacional, de uma rede de bibliotecas .”

(Ventura, 2002:68)

A administração central financiava 50 % da construção ou adaptação do edifício, adquiria mobiliário e enriquecia os fundos documentais, por sua vez, a autarquia assumia o compromisso de assegurar o funcionamento da biblioteca, com um quadro de pessoal suficiente para as suas necessidades. Todas as bibliotecas criadas teriam de obedecer a uma tipologia padrão.

Em 1996, foi criado um grupo de trabalho, o qual apresentou um relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal, cuja coordenadora foi a Dra. Maria José Moura. Ventura (2002) afirma que foram criadas novas linhas de orientação e dinamização da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, as quais eram promovidas pelo Instituto Português do Livro e da Leitura. As bibliotecas públicas que usufruíam deste projeto tinham de organizar o seu espaço e deveriam:

“possuir um átrio, secção de adultos, secção infantil (qualquer delas com espaços destinados ao empréstimo, consulta local e periódicos), internos e depósitos. Era também especificado o pessoal essencial ao funcionamento e indicado os fundos documentais mínimos e o volume de aquisições anuais.”

(Nunes, 1998: 85)

Foram definidos três tipos de bibliotecas, cujo modelo ainda se mantém nos nossos dias, sendo estes:

- Biblioteca Municipal 1 - concelho com menos de 20 000 habitantes;
- Biblioteca Municipal 2 - concelho entre 20 000 habitantes a 50 000 habitantes;
- Biblioteca Municipal 3 - concelho com mais de 50 000 habitantes.

Estes programas tipo consistem em parceria entre a Direção Geral do Livro e das Bibliotecas e as câmaras municipais tendo em conta a população de cada concelho. Segundo a Direção Geral do Livro e das Bibliotecas (2009):

“ os contratos-programa têm um período de vigência mínima de cinco anos. Compete aos municípios a iniciativa da criação da biblioteca e a responsabilidade pelo seu posterior funcionamento, competindo à administração central o apoio técnico-financeiro que permita a sua criação e desenvolvimento. A comparticipação do Ministério da Cultura pode atingir 50 % dos custos orçamentados para cada projecto, incluindo honorários da equipa projectista, obra de construção civil, mobiliário e equipamento específico, fundos documentais e tecnologias da informação e comunicação.”

(DGLB, 2009:4)

Segundo a DGLB, o número das câmaras municipais envolvidas na parceria, dita acima, tem vindo a aumentar, sendo 261 os municípios apoiados, quer no continente, quer nas regiões autónomas, estando 194 bibliotecas inauguradas. Com esta parceria entre os municípios e a DGLB, aqueles perceberam o interesse em organizar os respetivos espólios e foi criado ainda o Portal da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas, onde se encontram os conteúdos mais diversificados das bibliotecas que pertencem à Rede de Bibliotecas Públicas.

1.4 - Missões e Funções das Bibliotecas Públicas

“A Biblioteca Pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais.”

(Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, 1994)

O Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas foi publicado em 1949 e revisto em 1972 pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA). Com toda a evolução do conceito de biblioteca pública, houve necessidade de elaborar um novo texto o qual foi publicado em 1994. Ventura (2002) realça que o Manifesto de 1949 salientava o papel educativo da biblioteca pública: “a versão de 1972 acrescentava à função educativa o objetivo de promover o acesso livre ao conhecimento, à cultura e ao lazer” (Ventura, 2002:83). Segundo o Manifesto da Unesco, os serviços de uma biblioteca pública têm de ser prestados de igual modo a todos sem discriminar a condição social, a idade, a religião, bem como outros fatores. Todos os materiais e serviços da biblioteca têm de estar à disposição de quem os queira consultar e utilizar.

Ventura (2002) e Pinto (2007) repetem que a função de inclusão social se encontra no Manifesto da Unesco (1994). A biblioteca pública torna-se um espaço de inclusão onde muitos utilizadores têm a única oportunidade de ter acesso à informação, ao conhecimento sem qualquer discriminação.

“A biblioteca pública deve assumir-se como um instrumento para a promoção da democracia reafirmando-se a igualdade de acesso a todos; é enfatizado o conceito de acessibilidade universal à informação, conhecimento e cultura através de todos os suportes(…)”

(Ventura, 2002:83)

O Manifesto da Unesco (1994) define as missões-chave da biblioteca pública, sendo estas:

- “Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- Apoiar a educação individual e autoformação assim como a educação formal a todos os níveis;
- Oferecer possibilidades de um criativo desenvolvimento pessoal;
- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas;
- Fomentar o diálogo intercultural e, em especial, a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral, assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação à comunidade;
- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.”

(Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, 1994)

Pinto (2007) confirma que o manifesto reforça o princípio da gratuidade quando estabelece que os serviços da biblioteca pública têm de ser gratuitos. Orera Orera (1998) *apud* Pinto (2007) enumera três aspetos fundamentais do manifesto sobre a biblioteca pública:

1. “Funções da biblioteca pública: a biblioteca pública deve contribuir para a educação e informação dos cidadãos.
2. Dependência administrativa e financiamento: a biblioteca pública deve ser criada por textos legais precisos e financiada pelo estado ou administrações locais, de maneira a que os serviços sejam gratuitos.
3. Utilizadores: a biblioteca pública deve estar aberta a todos os membros da comunidade sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, ideoma ou condição social.”

(Pinto, 2007:46)

O Manifesto da Unesco aponta para que as bibliotecas públicas sejam da responsabilidade das autarquias e do Estado e disponham de uma legislação específica bem como de financiamento dos referidos órgãos. Estas entidades terão ainda que “assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados” (Manifesto, 1994). Em relação ao funcionamento e gestão das bibliotecas públicas, o Manifesto da Unesco discrimina os seus objetivos, as suas prioridades, bem como os seus utilizadores. As bibliotecas têm de ser muito bem organizadas e têm de manter uma estreita ligação com os seus parceiros. Este manifesto sugere que todos os serviços têm de ser acessíveis a todos os seus utilizadores e adaptados às diferentes necessidades de cada utilizador.

Segundo Pinto (2007), em Março de 2003, foi aprovado o Manifesto de Oeiras, na Conferência Política de Pullman¹. Tal documento refere que são necessários financiamentos e apoios

¹ <http://www.pulmanweb.org/> - projeto Pulman inclui 26 países europeus, é um projeto de investigação na sociedade da informação.

suficientes “para aperfeiçoar o papel das bibliotecas públicas” (Manifesto de Oeiras, 2003:1). Aquela autora insiste que nesta conferência foi realçado que os serviços das bibliotecas públicas irão beneficiar os seus utilizadores em 4 áreas específicas, sendo estas:

- “Democracia e cidadania (promoção de uma sociedade civil e democrática, servindo as necessidades de toda a comunidade; desenvolvimento de serviços ligados ao governo-e, saúde-e, etc e a formação na utilização de recursos electrónicos).
- Aprendizagem ao longo da vida (promoção de um ensino estimulante, desenvolvimento das bibliotecas, arquivos e museus como centros de aprendizagem não institucional e informal, contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade da informação funcionalmente literada).
- Desenvolvimento económico e social (combate da iliteracia e exclusão digital e trabalho em conjunto com a comunidade empresarial para apoiar o crescimento da economia do conhecimento na Europa).
- Diversidade cultural (encorajamento do sentimento de comunidade local, de história familiar e do lugar num mundo cada vez mais globalizado, bem como o apoio à diversidade étnica, cultural, linguística e religiosas, as identidades culturais e a integração social).”

(Pinto, 2007:48)

O Manifesto de Oeiras veio reforçar o Manifesto da Unesco, ao acreditar na biblioteca pública como um elemento fundamental da sociedade de informação bem como no combate à exclusão social e digital.

1.5 - Da Biblioteca Tradicional à Biblioteca Digital

“A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.”

(Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, 1994)

Ao longo desta dissertação, várias foram as definições sobre bibliotecas e toda a sua evolução e história, desde as bibliotecas de suportes com origem mineral e vegetal até aos nossos dias, em que começa a impor-se a biblioteca digital. As bibliotecas públicas têm sido ao longo da nossa história um fenómeno. Existem nas mais variadas sociedades, têm cultura diversas e servem toda a população.

“Uma biblioteca pública é uma organização fundada, sustentada e financiada pela comunidade (...). Proporciona o acesso ao conhecimento, à informação e a obras criativas através de um leque variado de recursos e serviços e encontra-se à disposição de todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e qualificações académicas.”

(Gill, 2003:19,20)

Isaías (1999) descreve a biblioteca como uma coleção onde existe documentos que são selecionados e outros excluídos:

“esta noção implica a existência de fronteiras que por sua vez implicam a existência de várias colecções. Quando nos referimos a “biblioteca digital”, esta noção de colecção com fronteiras deixa de fazer sentido. O que existe na realidade é um conjunto de colecções sem fronteiras.”

(Isaías, 1999:15)

Pereira (s.d) refere que o modelo de biblioteca está a mudar por força introdução das novas tecnologias de informação e comunicação. As bibliotecas tradicionais perdem a sua importância com o apogeu da internet como uma biblioteca universal e sem quaisquer barreiras. “Os mais radicais anunciam mesmo o desaparecimento das bibliotecas físicas e tradicionais e a sua substituição por um novo modelo de biblioteca”(Pereira, s.d.: 1). A internet veio provocar uma mudança no conceito de biblioteca e de todo o processo documental criando-se assim o conceito de biblioteca digital. As primeiras publicações de documentos foram de carácter privado sendo os seus mentores os participantes no Projeto Gutenberg². Nos anos de 1994 e 1995 a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e a Biblioteca Britânica criaram as suas bibliotecas digitais.

Conhecemos várias definições de biblioteca digital, mas todas coincidem em alguns pontos. Isaías (1999) aduz que a designação “biblioteca digital” não é única, poderá assumir a designação de “biblioteca eletrónica”, utilizada em Inglaterra, de “biblioteca digital”, nos Estados Unidos. Gladney (1994) *apud* Isaías (1999) refere-se à biblioteca digital como:

“ um agrupamento de meios informáticos, de armazenamento e de comunicações, conjuntamente com o conteúdo e software necessários a reproduzir, emular e estender os serviços fornecidos pelas bibliotecas convencionais baseadas em papel e outros meios de colecção, catalogação, busca e disseminação de informação. Uma biblioteca digital de serviço completo terá de alcançar todos os serviços das bibliotecas tradicionais e também de explorar as conhecidas vantagens de armazenamento digital, pesquisa e informação.”

(Isaías, 1999: 16)

Glandney (1994) defende que os serviços de informação materializam-se com a continuidade entre as bibliotecas tradicionais e as bibliotecas digitais. Isaías (1999) retoma o que também Leiner (1998) *apud* Isaías (1999) defende: tanto as bibliotecas tradicionais como as bibliotecas digitais têm de organizar as suas colecções, que suportam “o relacionamento dos utilizadores com os objetos de informação disponíveis direta ou indiretamente via meio eletrónico/digital”. (Isaías, 1999:17). Borges (2002) realça que a “biblioteca digital significa a possibilidade de congregar todo o património da humanidade, qualquer que seja a forma em

² <http://www.gutenberg.org/>

que ela se encontre”. (Borges, 2002: 19). Este autor reforça a ideia que as bibliotecas tradicionais têm de sair dos limites dos seus edifícios e acompanhar os seus utilizadores através de ciberespaços. Hill (1995) *apud* Isaías (1999) discrimina características comuns às diversas definições de biblioteca digital:

- “A biblioteca digital não é uma entidade única;
- A biblioteca digital requer tecnologia para estabelecer as ligações entre diversas outras;
- As ligações entre as diversas bibliotecas digitais e serviços de informação são transparentes ao utilizador final;
- O acesso universal a bibliotecas digitais e serviços de informação é um objectivo;
- As bibliotecas digitais não estão limitadas ao formato de papel: elas englobam artefactos digitais que não podem ser representados em formatos impressos.”

(Isaías, 1999: 17)

Segundo Isaías (1999), as bibliotecas digitais apresentam três características importantes e semelhantes às bibliotecas tradicionais, sendo estas:

- Os documentos (coleções);
- Tecnologias;
- Tarefas que permitem realizar.

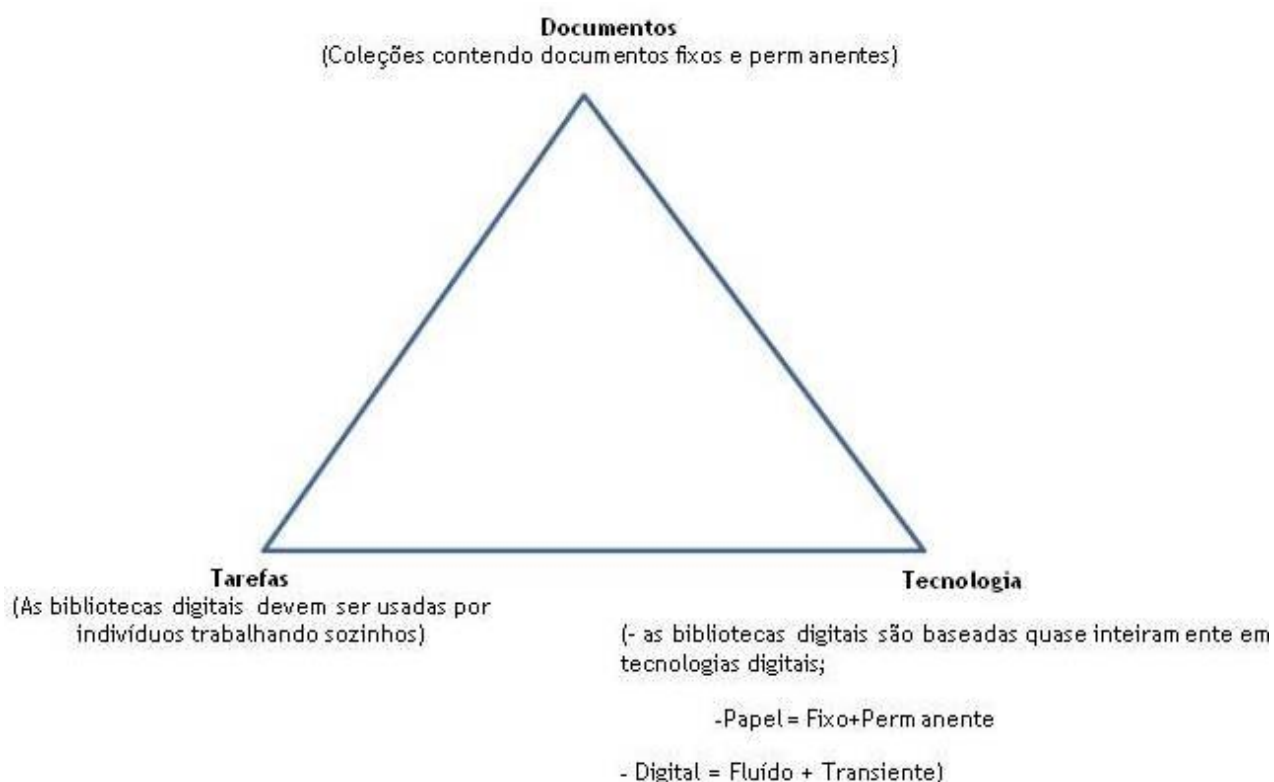


Figura n.º 1 Características e pressupostos tradicionais associados às Bibliotecas Digitais adaptado Isaías, 1999:19

Numa biblioteca digital, os documentos chegam com maior frequência e de forma rápida, podem ou não mudar ao longo dos tempos, ou podem ou não ter uma meta ou longa duração, enquanto nas bibliotecas tradicionais os documentos são permanentes e de longa duração. Isaías (1999) insiste que “as bibliotecas digitais são um local de colaboração por excelência, pois o número de indivíduos potencialmente interessados num determinado tópico é em muito maior número do que aquele que se encontra numa biblioteca tradicional” (Isaías, 1999:18). Defendendo também esta ideia, Cunha (1999) demonstra que “o armazenamento digital amplia as possibilidades de pontos de acesso a um determinado documento” (Cunha, 1999: 262). Segundo Blumson (1994) *apud* Isaías (1999), as bibliotecas digitais apresentam um conjunto de vantagens:

- Com elas, o acesso à informação é mais fácil, desde que se utilize todas as ferramentas necessárias e que a informação esteja indexado;
- Permitem uma maior preservação dos documentos, não correndo o risco de desgaste, pois estes encontram-se em formato digital;
- Diminuem os custos de aquisição;
- Podem ser consultadas por qualquer pessoa e a qualquer hora, basta ter internet;
- Os documentos de uma biblioteca digital encontram-se sempre disponíveis o que não acontece com a biblioteca tradicional;
- As bibliotecas digitais têm outros documentos sem ser livros e em vários suportes digitais.

As bibliotecas digitais oferecem muitas vantagens ao utilizador, mas também têm limitações e dificuldades. Isaías (1999) diz-nos que estas limitações encontram-se aos mais diversos níveis:

- Redução de custos pela partilha de recursos ao reduzir o número de exemplares de obras, irá aumentar o seu preço, porque desta forma, os editores irão vender menos;
- Preservação das obras e seu armazenamento: neste aspeto ainda não se conhece qual o tempo de armazenamento dos documentos de uma biblioteca digital. Ao fazer o *download* de todos os documentos é uma tarefa que irá demorar;
- Acesso geográfico à informação: depende da rede que se utiliza, bem como os seus custos;
- Deficientes e manipulação das obras: estas bibliotecas são necessárias na ajuda aos deficientes, mas algumas obras não conseguem ser analisadas porque os seus editores consideram-na adulterada e o utilizador não consegue aumentar o tamanho da letra;
- Variedade de documentos e infraestrutura tecnológica: ao existir tanta variedade de documentos coloca-se a questão se existe um sistema tecnológico que os consiga suportar.
- Por último existe a questão dos custos implicarem perdas ao nível do detalhe, quanto maior o detalhe que pretendemos (e.g. fotografias de alta resolução), maiores são os custos associados ao seu armazenamento e visualização. A questão da proteção dos documentos também se levanta a nível de custos pois sistemas de proteção mais eficazes são por vezes dispendiosos. (Isaías, 1999: 22)

O papel das bibliotecas digitais é muito importante para os seus utilizadores bem como para potenciais utilizadores. Estas bibliotecas transpõem os limites das bibliotecas tradicionais particularmente na questão do espaço e do tempo.

“As bibliotecas digitais são um local de colaboração por excelência, pois o número de indivíduos potencialmente interessados num determinado tópico é, em muito maior número, do que aquele que se encontra numa biblioteca tradicional. A troca frutuosa de ideias e pontos de vista - o que contribuiu de forma determinante para o avanço do conhecimento - torna-se pois mais provável”.

(Isaías, 1999: 18)

Os utilizadores adquirem novos hábitos de leitura, contribuindo também com a cedência de alguns documentos.

1.6 - O Bibliotecário e as Suas Funções

“A Biblioteca Pública deve ser eficazmente organizada e mantidas normas profissionais de funcionamento. O bibliotecário é um intermediário activo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados”.

(Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, 1994)

Os recursos humanos são fundamentais para o bom funcionamento de uma biblioteca pública. Segundo Gill (2003), para que uma biblioteca possa oferecer um melhor serviço, tem de congregar uma equipa motivada e com formação adequada. Os seus elementos devem ser capazes de utilizar e dar a conhecer os serviços de biblioteca de uma forma eficaz e eficiente. Esta equipa tem de conhecer a missão e todas as políticas da sua biblioteca.

“ A biblioteca pública é um serviço dirigido a todos os membros da comunidade, os quais têm necessidades variadas e mutáveis. Os funcionários da biblioteca pública devem possuir uma série de competências e qualidades, entre os quais se contam a capacidade de relacionamento, consciencialização social, aptidão para o trabalho de equipa, capacidade de liderança e competência nas práticas e procedimentos de organização”.

(Gill, 2003: 87, 88)

No quadro de pessoal de uma biblioteca, encontra-se o bibliotecário. Usherwood (1999) define “os bibliotecários públicos são por definição empregados; constituem porventura o paradigma de um profissional que está sujeito a controlo não profissional”. (Usherwood, 1999:169). A APBAD (<http://www.apbad.pt/>) refere que os bibliotecários “são profissionais que concebem, organizam e administram estruturas de documentação e informação”.

(APBAD, http://www.apbad.pt/Profissao_Areas.htm). O código de ética dos profissionais de informação, adotado no dia 25 de julho de 1999 pela Associação Portuguesa de Documentação e Informação na Saúde (APDIS), pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD) e pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento de Informação Científica e Técnica (INCITE), é uma referência na prática profissional dos profissionais de informação em Portugal. Este código refere-se a “documentalistas, bibliotecários, arquivistas, gestores da informação e do conhecimento, e outros que são intermediários entre os criadores de conteúdos, os serviços de fornecedores de informação, os utilizadores de informação e as tecnologias de informação”. (Código de Ética, 1999: 3)

O Código de Ética (1999) dos profissionais da informação, onde o bibliotecário se encontra incluído, enumera as seguintes responsabilidades:

- “1.1. Facilitar o acesso dos utilizadores dos serviços de informação a todo o género de informações publicadas sob qualquer suporte.
 - 1.2. Construir colecções adequadas às necessidades de informação dos utilizadores dos serviços, com atitude proactiva para que essas necessidades estejam previstas mesmo antes de serem expressas.
 - 1.3. Fazer uma selecção de materiais, equilibrando a oferta e a procura, a actualização e a preservação, a diversidade de assuntos e o equilíbrio entre os diversos pontos de vista.
 - 1.4. Efectuar o tratamento de toda a informação por forma a facilitar o acesso à mesma.
 - 1.5. Disponibilizar o acesso à informação existente no seu serviço.
 - 1.6. Explicitar, na definição da política de informação do serviço a seu cargo, que a missão principal deste é a disponibilização da informação, de todos os géneros, em todos os suportes, para todos os utilizadores.
 - 1.7. Não permitir interferências exteriores, que possam impedir ou dificultar o acesso à informação disponível nos seus serviços.
 - 1.8. Não permitir que as suas opiniões pessoais interfiram na liberdade de acesso à informação.
 - 1.9. Opôr-se à implementação de qualquer solução tecnológica que possa limitar ou manipular o acesso à informação.
 - 1.10. Elaborar, participar na elaboração, conhecer, apoiar e divulgar a legislação que diz respeito ao direito de acesso à informação sem qualquer interferência.”
- (Código de Ética, 1999: 4)

Gill (2003) recorda que o bibliotecário terá de ser um profissional com formação superior em biblioteca e informação, seja a nível de licenciatura ou pós-graduação ou mestrado. Este profissional deverá construir, planear, organizar, executar e fazer também a “gestão e avaliação dos serviços e sistemas de biblioteca e de informação de modo a satisfazer as necessidades dos utilizadores dos serviços de informação da comunidade” (Gill, 2003: 89).

Capítulo 2 - A Biblioteca Municipal de Castelo Branco

Neste capítulo, iremos apresentar a história da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, descrever o atual edifício, bem como apresentaremos a missão e os objetivos da nossa biblioteca. Descreveremos ainda toda a evolução dos empréstimos desde 2007 até aos dias de hoje, bem como todas as atividades de promoção e animação da leitura e os públicos que as frequentam.

2.1 - História da Biblioteca Municipal de Castelo Branco

Barata (2005) assinala que o regime liberal veio revolucionar o panorama político e social em Portugal. Uma das medidas tomadas pelo governo foi a nacionalização dos bens dos conventos e a conseqüente extinção das Ordens Religiosas em Portugal, em 1833, que formaram e mantiveram durante séculos as verdadeiras bibliotecas deste país. Tal facto abalou a situação do património artístico-cultural português. O Governo criou assim, em 1834, o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos que tinha como missão a recolha, a organização das livrarias dos conventos, bem como a sua distribuição. Este existiu até 1841, ano em que se fundiu com a Biblioteca Nacional de Portugal como hoje se designa.

O mesmo autor diz-nos que os princípios liberais pretendiam levar o conhecimento a toda a população e a todo o espaço nacional. Tinham como objetivo a criação de uma Biblioteca Pública em cada capital de distrito, a qual fazia parte de um estruturado programa nacional de bibliotecas. Os liberais estavam conscientes da situação que Portugal estava a passar.

De acordo a Roxo (1880), no ano de 1834, pela Portaria de 9 de Setembro, propõe-se a criação de bibliotecas públicas com os livros dos conventos de províncias e ordens religiosas. Mas esta ordem não foi cumprida e os livros recolhidos foram armazenados durante dois anos em lojas húmidas do antigo Paço Episcopal. Em 1835, este passara a ser a sede do Governo Civil). Em 1836, o Governo propõe a criação de bibliotecas públicas nas capitais de distrito, a partir das livrarias dos conventos. No dia 25 de Agosto do ano em causa, o Governo pede ao perfeito da província de Castelo Branco para escolher um edifício público onde iria funcionar a biblioteca. O Museu, edifício da Misericórdia Velha, foi o indicado, no entanto, a Biblioteca pública transitou para o Tribunal da Comarca.

“Quanto a livros, só o extinto convento da Graça, e o de Stº António d’esta cidade possuem alguns, os quaes se achão sob a guarda d’esta administração tendo sido destinados para núcleo de huma bibliotheca publica n’esta cidade.”

(Barata, 2003:114)

Em 1841, o administrador-geral do distrito refere-se à desordem, confusão e extravio de todas as livrarias dos extintos conventos. Apesar desta situação, o administrador-geral do

distrito de Castelo Branco solicita à Comissão que se reúnam todos os livros espalhados pelo distrito, tendo esta aceite esse pedido.

A Comissão solicita a construção de uma biblioteca da capital de distrito. Propõe à Administração-Geral, depois de já o ter feito ao Ministério do Reino, uma das salas do Paço Episcopal e a fusão dos fundos iniciais da Biblioteca provenientes dos extintos conventos, com os da Biblioteca da Mitra, sendo a nova instituição administrada por uma sociedade literária local, a Sociedade Civilizadora de Castelo Branco. Castelo Branco é um caso raro de aliança entre Igreja e o Estado: "(...) O administrador-geral do distrito não coloca quaisquer reservas a uma parceria com a Igreja, conquanto não deixe de ser pública" (Barata, 2005: 49).

No 1 de Agosto de 1864, faleceu o Dr. José António Morão, médico, bibliófilo, tendo sido deputado vogal no primeiro Conselho do Distrito e governador civil. A sua valiosa biblioteca foi doada à cidade, sob o controlo do seu sobrinho e testamenteiro, José António Morão Júnior. No seu testamento refere:

"Na casa da rua do Pina, que habito desde o não de 1846, acha-se a minha livraria, formada de 3.200 e tantos volumes, não contando com livros truncados nem manuscritos (...) atendendo ao uso que dela se tem feito e ao pouco gosto que quase geralmente há de devassar obras de arte e de ciências das quais consta a minha colecção na máxima parte. (...) julgando-a profícua numa terra de segunda ordem e afastada das grandes cidade do reino, tomo a deliberação de conservá-la intacta no próprio local (...) para se prestar às necessidades das pessoas literadas, decentes e bem morigeradas que, em ocasião oportuna e a horas cómodas, ali queiram ir para ler, consultar ou extractar a doutrina de qualquer dos seus livros"

(Santos, 1958: 147)

Uma das verbas daquele testamento proibia a todos o empréstimo de qualquer dos livros "nem por horas, a pessoa alguma" (Santos, 1958: 148). Naquele também se pedia que o sobrinho não só guardasse a sua biblioteca, mas também a dotasse, anualmente de novas obras "para o público municipal ser mais vantajosamente servido" (Santos, 1958: 148). Este importante espólio não interessou à Câmara e o sobrinho não o facultou ao público.

Em 1867 e 1870, o Governador Civil do Distrito pede ao governo autorização para fundar uma Biblioteca Pública, com os livros dos conventos. O Governo aprovou, determinando que a Câmara Municipal teria de disponibilizar uma verba anual para a aquisição de livros. Com efeito, a portaria de 2 de Agosto de 1870 promove a criação das bibliotecas populares em todas as sedes dos concelhos, partindo do pressuposto que "o povo aprende pouco a ler, mas ainda lê menos do que aprende" (Nunes, 1998: 28). Não cumprindo com o combinado, o município de Castelo Branco foi publicamente censurado pela portaria de 22 de Junho de 1872 e obrigado a inscrever no orçamento 50\$000 reis para fazer face aos encargos de uma biblioteca, mas este não foi aplicado. No ano de 1870, a Biblioteca do Dr. Morão foi transferida para ao edifício do Liceu por iniciativa do seu sobrinho, deixando de cumprir as disposições testamentárias:

“(…) pouco mais ou menos nessa época aberta ao público. (…) A biblioteca era então conhecida por Biblioteca do Liceu e nas ofertas e carimbos que alguns livros ostentam, encontra-se essa denominação.”

(Lobo, 1981: 2)

A Câmara não satisfaz os pedidos do bibliotecário e do reitor para que lhe fosse entregue a importância inscrita no orçamento para a aquisição de livros. A lei de 18 de Janeiro de 1883 determinava que as bibliotecas públicas funcionassem algumas horas da noite, mas esta encontrava-se em desacordo e apenas funcionava durante as horas de aulas. A Biblioteca foi encerrada em 1900 e reorganizada pelo decreto de 7 de Março de 1901, ficando a cargo da Câmara Municipal, mas na superintendência da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, criada em 1887, por decreto de 29 de Dezembro. Esta lei classificou-a de 2ª classe, sendo designado como respetivo conservador, o reitor do Liceu. Por esta época, instala-se no edifício do antigo Tribunal Judicial no Largo da Sé. Em obediência ao decreto de 29 de Dezembro de 1901, a Biblioteca fica na dependência da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Com a proclamação da República em 1910, o novo regime reconheceu que as bibliotecas tinham um papel fundamental no combate à ignorância e na democratização da cultura. O decreto de 21 de Maio de 1911 pretende alterar a conceção das bibliotecas, devendo servir para “ensinar, informar e distrair, criando hábitos de leitura e pondo o cidadão ao corrente dos negócios públicos” (Nunes, 1998: 28). Estes objetivos não são concretizados devido à instabilidade política, à falta de meios e de um organismo de sensibilização dos municípios para a importância destes espaços, ajudando a criá-los e a organizá-los. Em 1911, passa a ser designada por Biblioteca Pública de Castelo Branco, dependente da Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, ficando a nomeação do diretor a cargo do Governo. No entanto, a nível financeiro continuou sob a alçada da Câmara Municipal.

Em período de ditadura que se instalara em Portugal em 1926, a Biblioteca de Castelo Branco passa, em 1931, a depender técnica e administrativamente da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos. O Governo reconhece o alto grau de analfabetismo do país e vê as bibliotecas como um veículo para o combater. No entanto, a censura e as restrições à liberdade de pensamento e de expressão condicionam o papel das bibliotecas populares. Contudo, em Castelo Branco, esta data marca a definição da linha de conduta da Câmara para com a Biblioteca Municipal, no sentido de uma aproximação mútua.

“Em sessão de 23 de Maio de 1940, deliberou a Câmara, por proposta do então presidente Dr. Augusto Duarte Beirão, imprimir-lhe orientação e direcção especializadas, convidando o Tenente Coronel Elias Garcia, que foi promovido no lugar de director em 1 de Julho de em 1940.”

(Lobo, 1981:5)

Durante o ciclo em que dirigiu a biblioteca, Elias Garcia adquiriu inúmeras obras e melhorou as existentes com encadernações. Contudo, não conseguiu catalogar os 6.000 volumes devido à falta de pessoal. Em 1949, foi proposta a restauração da antiga *Domus Municipalis*, um edifício do século XVI, para a instalação da Biblioteca Municipal. Não possuindo as condições

necessárias de estabilidade, foi demolido. Na reconstrução, a arquitetura das fachadas, concebidas no dealbar do Renascimento foi preservada mantendo todos os elementos decorativos: uma esfera armilar e as armas nacionais da época de D. Manuel I, esculpidas em granito regional. No ano de 1951, mudou-se para os primeiros e segundo pisos, ao serviço da população. “A Biblioteca Municipal era uma velha aspiração dos habitantes da cidade desde que foi verificada a viabilidade da sua instituição” (Santos, 1958: 150). O vereador do pelouro da cultura, Dr. Francisco Palmeiro, apresentou então um projeto de catalogação das obras existentes, só conseguido em parte, e a arrumação dos ficheiros, existentes.

“Não obstante as condições desfavoráveis em que deve ter sido realizada, represente um meritório esforço e um grande progresso relativamente ao status quo anterior.”

(Lobo, 1981:5)

A Câmara Municipal sempre mostrou um forte interesse pela biblioteca, existindo, em 1938, cerca de 6 000 volumes e, no ano de 1959, 15 794 obras. É a partir do ano de 1960 que o vereador da cultura, Dr. José Vasco Mendes de Matos, ordena a mais profunda remodelação desde a sua fundação, com a preocupação de servir o leitor. Assim, atualizou-se e concluiu-se o ficheiro (onomástico, didascálico, ideográfico e topográfico). Iniciou-se a publicação da “Relação Onomástica” de todas as entradas até 31 de Dezembro de 1967, impondo, assim, a biblioteca à consideração de quem a consulta e dos respetivos serviços centrais de quem depende organicamente:

“Os fundos ou núcleos com que se formou a biblioteca são os seguintes:

- Biblioteca do Dr. José António Morão (3.200 volumes, aproximadamente)
- livros oferecidos pelos Dr. Rebelo de Albuquerque
- livros provenientes da Residência albicastrense
- Biblioteca da Mitra de Castelo Branco (Paço Episcopal)
- Livros oferecidos por Almeida e Cunha
- Biblioteca do Grémio dos Artistas de Castelo Branco
- Biblioteca do Dr. Nicolau Nunes de Oliveira (3.000 volumes aproximadamente)
- Publicações oficiais (regime de oferta)
- Ofertas de autores
- Actualização permanente a cargo da Câmara Municipal.”

(Lobo, 1981:5)

A 23 de Abril de 1984, foi inaugurada a sala “Dr. Jaime Lopes Dias” com o espólio oferecido à Biblioteca pela família deste ilustre etnógrafo beirão e por vontade expressa do próprio (cerca de 2 000 volumes e 3 000 manuscritos e recortes) e, poucos dias mais tarde, a Biblioteca passaria a designar-se oficialmente Biblioteca Municipal de Castelo Branco - Dr. Jaime Lopes Dias. O fundo tornou-se mais rico com os livros oferecidos pelo Dr. Morais Martins, Biblioteca do Dr. Américo Dias Bento (3 000 volumes) e Biblioteca do Eng^o Amado R. Estriga. A Biblioteca era então composta pelos seguintes núcleos: Fundo Geral; Fundo Local (composto pelo espólio do Dr. Jaime Lopes Dias, obras relativas à Beira Baixa e jornais locais); Secção de Reservados (que inclui o Livro Antigo); Secção Infanto-Juvenil; e Publicações Periódicas e Publicações oficiais. Integrava no segundo piso, a Biblioteca Fixa

nº42 da Fundação Calouste Gulbenkian, que foi inaugurada a 19 de Maio de 1962. Este serviço iniciou-se a nível nacional em 1960. O município assumia a responsabilidade pelas instalações e pelo pagamento aos funcionários. À Fundação cabiam os custos relativos ao material (livros, impressos e mobiliário) e aos serviços de inspeção a tutela sobre funcionários. Após a sua extinção no ano de 2003, os dois funcionários da Fundação, foram integrados nos quadros da Câmara.

Segundo Melo (2005), a Biblioteca Itinerante começou a percorrer o concelho em 1960, levando a leitura às 25 freguesias rurais que só, assim tinham contacto com esta forma de cultura. O mesmo autor diz-nos que este projeto foi criado por José Branquinho da Fonseca em 1953, data da primeira biblioteca móvel. Em 1958, a FCG concebeu o serviço de Bibliotecas Itinerantes, a nível nacional, com o objetivo de promover e desenvolver o gosto pela leitura, elevando a base cultural dos cidadãos. Cada carro-biblioteca levava a bordo cerca de 2 mil volumes arrumados nas suas estantes. Este serviço funcionou em Castelo Branco até 11 de Janeiro de 1993. Em 2003, através de protocolo entre o município e a FCB, realizou-se a fusão do espólio da Biblioteca Fixa nº 42 da Fundação, com o da Biblioteca Jaime Lopes Dias, dando-se início à informatização do seu fundo documental. Neste mesmo ano em que se começou a projetar o novo edifício da Biblioteca Municipal, o concelho estava a crescer demográfica, económica e socialmente. A cidade possuía cinco Escolas Superiores do Ensino Politécnico das mais diversas áreas, bem como todos os outros graus de ensino, com mais de 2 000 estudantes a residir na cidade. A população residente era, pelos censos de 2001, composta por 55 708 habitantes.

A biblioteca existente não era compatível com este galopar demográfico, embora, com grande esforço e empenho dos seus funcionários oferecesse aos seus utilizadores o máximo de valências possíveis, nomeadamente ao nível das escolas do 1º ciclo. Até Outubro de 2006, data em que encerrou as suas portas, esta Biblioteca encaixava, em alguns aspetos no panorama observado que o grupo de trabalho dependente da Secretaria de Estado da Cultura encontrou aquando da realização do diagnóstico do país, em 1986. Tinha como missão a definição das bases de uma política nacional de Leitura pública “fundamentalmente na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas” que, a nível central e local, mais diretamente as pudessem apoiar (DGLB, 2009: 2).

Este grupo fez o diagnóstico da situação existente e sugeriu medidas imediatas de intervenção, orientações conceptuais e programáticas sobre as bibliotecas a criar. Assim, deu conta que apenas 35% dos concelhos do continente dispunha de biblioteca exclusivamente municipal. No distrito de Castelo Branco, em 11 concelhos, apenas três dispunha de tal instituição. Os equipamentos existentes eram sobretudo de conservação, porquanto encontravam-se instaladas em edifícios antigos com espaços não adaptados às funções de uma biblioteca de leitura pública, como no caso desta cidade, conforme foi acima referido. Esta dispunha apenas uma sala de leitura comum a todos os utilizadores e onde se manuseavam

todo o tipo de documentos, dos mais antigos aos mais recentes. Aquela equipa notou ainda ausência de serviço de empréstimo domiciliário, o que não acontecia nesta biblioteca, mas cuja população frequentadora não tinha livre acesso às estantes (anexo 1); os fundos bibliográficos eram reduzidos e desatualizados, sentindo-se esta necessidade na cidade; serviam pouca população; possuíam poucos funcionários, todavia, neste caso dispunham de formação adequada. Perante a realidade diagnosticada, a antiga Biblioteca pode orgulhar-se das inúmeras atividades de animação, realizadas por uma funcionária destacada do Ministério da Educação que desenvolvia um trabalho excecional com o ensino pré-escolar e 1º ciclo e que despertou em muitas das nossas crianças o gosto pela leitura. Relativamente a outras valências, como fundos de documentação multimédia, era inexistente.

Assim, confirmamos que a Direção Geral do Livro e das Bibliotecas (antigo IPLB) desenvolveu e aplicou desde 1987 um plano de leitura pública, através do apoio à criação de bibliotecas públicas municipais. Após a sua fusão com a Biblioteca Nacional em 1992 e depois em 1997, o plano prosseguiu com a reestruturação da Direção Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB). Tratou-se de um projeto de criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, tendo por base o concelho. Este devia integrar uma Biblioteca Municipal - localizada na sua sede, em zona central, de acordo com os princípios e normas estabelecidos internacionalmente: serviços diversificados para adultos e crianças, coleções abrangentes e em diferentes suportes, empréstimo domiciliário, livre acesso às estantes, entre outras valências.

Era esta a resposta para as necessidades imperiosas do concelho nesta matéria. O executivo municipal de Castelo Branco sentia esta obra como uma prioridade e ia lançar mão aos apoios existentes, de forma a dotar a cidade de um equipamento desejado há muito tempo. O município tinha o terreno, mas não dispunha de capital suficiente para a construção de raiz do edifício. Para obviar a tal, celebrado um contrato-programa entre o Ministério da Cultura, representado pela Direção Geral do Livro e da Biblioteca e o Município, que visava a cooperação técnica e financeira. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro) assegurou o acompanhamento da execução física e financeira, assim como o apoio técnico do contrato celebrado. No caso de Castelo Branco, por ter uma população superior a 50 000 habitantes - **55 708** - segundo os Censos 2001, foi considerado o programa-tipo **BM 3**.

Este contrato-programa tem uma vigência mínima de 5 anos. A comparticipação do Estado foi de 50% dos custos orçados para cada projeto, incluindo honorários da equipa projetista, obras de construção civil, mobiliário e equipamento específico, fundos documentais e tecnologias da informação e comunicação. Numa obra orçada em cerca de 4 milhões de euros, o município recebeu 50% do valor para cada projeto. Este equipamento foi também previsto no Plano Plurianual de Investimentos 2005 que previa a transferência de capital no valor de 1 050 000 euros para a Sociedade Polis Castelo Branco S.A para a sua construção. Sob a orientação da rede nacional de bibliotecas públicas, a construção do edifício foi inserida no

Programa Polis Castelo Branco, que visou a reabilitação do Centro Histórico e da Devesa de Castelo Branco.

A Biblioteca Municipal Dr. Jaime Lopes Dias fecha as suas portas ao público no dia 9 de Outubro de 2006, para se iniciar todo o processo de desinfestação e higienização - anóxia - do seu espólio. Esta operação foi realizada por uma empresa especializada contratada após concurso internacional. Os livros foram limpos e colocados em caixas de plástico perfuradas, transitando depois para seis tendas, que foram sendo montadas sequencialmente, localizadas nos depósitos do novo edifício da Biblioteca Municipal e nas Salas Polivalentes do Complexo das Piscinas Municipais, para aí ficarem de quarentena. Nas tendas, com capacidade para cerca de 15 000 a 20 000 livros, foi retirado todo o oxigénio e injetado azoto, de forma a aniquilar o processo de desenvolvimento de parasitas e fungos, para que os livros ficassem livres de qualquer ataque que pudesse levar à sua deterioração. Algumas ficaram mais de 60 dias sob este sistema. Após este processo ter terminado, foram colocadas as fitas de segurança em todos os documentos para posteriormente serem informatizados. Numa fase seguinte, os livros foram colocados nas estantes da nova biblioteca.

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco, construída de raiz, abriu as suas portas a 28 de Junho de 2007, após um longo processo de transição que durou 8 meses.

2.2 - O Edifício da Biblioteca Municipal de Castelo Branco

A Direção Geral do Livro e das Bibliotecas impõe, aquando da celebração do contrato-programa, uma série de obrigações a que ficam sujeitas as Câmaras Municipais. Desde logo, o acompanhamento de todo o processo por um Bibliotecário. Nesse sentido, a autarquia reorganizou o seu quadro de pessoal e contratou um Técnico Superior de Biblioteca para supervisionar todo o processo de construção do edifício e cumprir os pontos focados pelo Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas.

De acordo com o estabelecido, a localização da biblioteca devia fazer-se nas imediações de locais habitualmente frequentados pela população, de preferência com zona de estacionamento própria ou próxima, com espaço reservado para deficientes. No âmbito do programa Polis, foram criados dois parques de estacionamento subterrâneos na sua envolvente. O projeto arquitetónico foi pensado na sua função de um elemento simbólico estruturante do tecido urbano, com uma imagem bem identificada sob o ponto de vista arquitetónico. O edifício foge à traça arquitetónica da sua envolvente urbana, contudo está perfeitamente integrado.



Figura n.º2 - Fachada da Biblioteca Municipal de Castelo Branco

Com uma área total de 3 680 m², possui uma fachada em vidro, sendo que parte dela possui barras de madeira horizontais que, para além do objetivo estético, têm como função sombrear as zonas de leituras e gabinetes. O edifício é intensamente iluminado com luz natural, existindo do seu interior, no primeiro andar, dividindo áreas de leitura, duas zonas ajardinadas, cada uma com uma grande árvore. O espaço exterior ajardinado reflete-se dentro, o que transmite uma sensação de paz (anexo 2).

2.2.1 - PISO 0 - FOYER

A entrada da biblioteca está claramente visível e localizada na parte do edifício de mais fácil acesso por parte dos utilizadores, permitindo uma perceção clara do interior do edifício (anexo 3). O utilizador entra diretamente para o piso 0 - o átrio ou *foyer*. É um local amplo, onde o utilizador se consegue integrar e aperceber-se dos diversos espaços disponibilizados. Neste piso, estão disponíveis dois expositores para a divulgação de cartazes. Junto ao Bar, existe uma zona com poltronas, mesas e cadeiras ao seu serviço. A Sala Polivalente está localizada também no piso 0. É caracterizada por um teto inteiramente revestido de madeira assemelhando-se a um conjunto de ondas, criando a sensação de movimento do mesmo à medida que nos deslocamos.

Este auditório tem capacidade para cerca de 100 pessoas sentadas e está equipado com tela de projeção e sistema de som e com equipamento para obscurecer o auditório. Em conformidade com as determinações da DGLB, não possui sistema de cadeiras fixas sendo todas empilháveis e recolhidas para as duas salas de arrumos contíguas. É assim, tal como o nome indica, uma sala que se transforma segundo o uso que se pretende: apresentação de livro, dramatização de um pequeno conto, conferências, etc. Neste piso, estão ainda localizados, o gabinete de trabalho destinado ao Bibliotecário responsável, contíguo a uma sala de trabalho destinada a técnicos profissionais de bibliotecas e documentação onde se processa todo o tratamento técnico, até à colocação de fitas e cotas nos documentos. Daqui, os documentos são distribuídos pelas várias salas de leitura através dos carrinhos de transporte de livros que seguirão para os quatro pisos através do elevador.

Esta sala serve também para a receção de grupos antes do início das visitas guiadas à Biblioteca Municipal. Segue-se a sala para a leitura de Reservados que comporta para além do posto de trabalho da funcionária, 4 lugares sentado para a consulta do Fundo Antigo. Existem ainda expositores, verticais e horizontais para mostra de documentos. Encontram-se também casas de banho para o público e funcionários e um elevador com largura suficiente de modo a ser utilizados para utentes com carrinhos de bebés, cadeiras de rodas e dos carrinhos de transporte da biblioteca (anexo 4).

2.2.2 - PISO 1

O *foyer* e o primeiro piso estão ligados por uma escada rolante que transporta os utilizadores até ao balcão de atendimento principal, onde trabalham dois funcionários encarregues do serviço de empréstimo domiciliário, das inscrições dos leitores, atendimento e informações ao público em geral. Está equipada com sistema de desmagnetização e leitura ótica dos documentos. Na retaguarda do balcão, faz-se uma primeira reorganização dos documentos devolvidos (anexo 5). Por detrás do balcão principal, estão localizados o gabinete da Vereadora da Cultura, com área de reunião. Segue-se um gabinete de trabalho do Setor de Cultura, com dois postos de trabalho e um outro gabinete onde são desenvolvidas todas as atividades de promoção e animação da leitura. Nestas áreas descritas, faz-se o circuito interno que apresenta uma perfeita diferenciação com o do leitor. No átrio, situa-se um espaço de leitura informal, de periódicos nacionais, regionais e locais, pelo que aquele dispõe de mesas e cadeiras para o efeito, bem como de várias poltronas (anexo 6). Além da informalidade da área não podemos deixar de acentuar o seu carácter aberto e multifuncional, resultante também de grande bancada oval destinada à consulta da Internet. O átrio divide a secção de adultos, da secção de crianças. A de adultos é constituída por três espaços diferentes. O primeiro é a área multimédia, zona áudio e vídeo, com balcão de atendimento para uma funcionária, para apoio e distribuição de sinal de quatro televisões e seis postos de áudio. Neste espaço, encontram-se também duas estantes com obras relacionadas com Arte e Livros em Braille, duas mesas de trabalho e oito lugares sentados (anexo 7). O mesmo disponibiliza um computador destinado a portadores de deficiência visual, bem como uma impressora própria para Braille. Estes utilizadores têm igualmente acesso a livros escritos em Braille, cerca de quinhentos, por exemplo, os livros de Harry Potter. Por curiosidade, apenas um título desta coleção, transcrito para Braille, terá dez volumes. Estes livros ainda não fazem parte do catálogo.

Tratando-se de uma biblioteca de livre acesso, está organizada por áreas temáticas, com estantes devidamente identificadas, facultando o acesso e localização dos documentos pretendidos pelo utilizador. O segundo espaço é uma sala de leitura, onde podem ser consultadas e requisitadas obras das áreas temáticas: Filosofia, Religião, Ciências Sociais, Psicologia, Ciências Puras, Ciências Aplicadas, Linguística e Línguas.

Um enorme passadiço liga a segunda e a terceira áreas. A parte superior desse passadiço é dedicada à Literatura Portuguesa. Por baixo desta estrutura, e ligando também os dois espaços, junto à parede, estão dispostas estantes que contêm a literatura estrangeira. Aqui, são disponibilizadas mesas de apoio à consulta rápida, assim como 4 lugares sentados.

Na terceira área, encontram-se as seguintes temáticas: História, Arqueologia, Geografia, Monografias, Generalidades, História de Portugal e o Fundo Local da Beira Baixa. Está apetrechada com inúmeras mesas de trabalho, cadeiras e está equipada com um computador que possibilita a consulta de documentos multimédia. Junto ao posto de trabalho do funcionário, está localizada uma fotocopiadora para utilização do público, mediante uma taxa por cópia (anexo 8).

Do outro lado da Biblioteca, encontra-se a Secção Juvenil. Esta inicia-se na grande bancada oval com lugares sentados para a leitura de documentos e consulta na internet. Tal secção, à semelhança da secção de adultos, encontra-se dividida por áreas temáticas e livre acesso, seguindo-se um balcão de atendimento que apoia a zona áudio e vídeo, desempenhando ainda o apoio ao serviço de referência (anexo 9). Segue-se a área de consulta local e mesas de trabalho.

2.2.3 - PISO 2

A Secção Infantil está localizada, no piso dois, sobre a secção juvenil. A ligação destas duas zonas faz-se através de uma rampa que se inicia junto aos periódicos ou através de uma escadaria no final da secção juvenil. As crianças que sobem na rampa encontram a Sala da “Hora do Conto” que vista de baixo parece suspensa. Está equipada com pufos de cores garridas, verde, amarelo, vermelho que se retiram facilmente quando se pretende ali dinamizar um ateliê de expressão corporal (anexo 10). Possui ainda um lavatório e armários onde se guardam os materiais utilizados nas atividades. A esta sala segue-se um *open space* dedicado aos mais pequeninos - público pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico - com mobiliário constituído por caixas de álbuns, estantes, mesas e cadeiras permitindo criar zonas distintas de utilização em função das duas idades. Tem equipamento móvel para visionamento de filmes (DVD e VHS) para pequenos grupos e aparelhagem de som móvel (anexo 11).

2.2.4 - PISO 3

À cota da secção infantil, no segundo piso, encontram-se vários gabinetes de trabalho, e outros espaços que normalmente são utilizados como salas de formação e de reunião.

2.2.5 - PISO -1

Os três depósitos - Geral, Reservados e Edições da Câmara - estão instalados no piso -1. Aí estão acondicionados os documentos mais antigos e sensíveis sob condições especiais obedecendo aos critérios específicos para esse fim em estantes compactas e deslizantes. A temperatura está estabilizada nos 20,8°C e a humidade relativa de 53%, segundo o hidrogómetro. Todos estão protegidos com portas corta-fogo (anexo 12). Neste piso, está localizada a zona da Manutenção e Receção dos documentos, bem como a zona da Entrada de Serviço, com possibilidade de aproximação de veículo em garagem e respetiva descarga. Possui um amplo corredor com revestimento plástico especial de cor amarela, facilmente lavável, que dá acesso a todos os depósitos, permitindo a passagem de carrinhos. Ainda neste piso, situa-se ainda uma pequena copa para utilização dos funcionários da Biblioteca, uma sala de arrumos, cacifos e casa de banho para os funcionários, bem como duas salas de arrumação dos materiais de escritório utilizados pelos serviços que integram a Biblioteca.

2.3 - O Espólio

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco tem um espólio muito rico, que transitou da antiga biblioteca, e se tem vindo a alargar ao longo dos anos. Segundo o Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas, uma biblioteca deve ser:

“O centro local da informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros (...) Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções devem incluir todos os tipos de suportes e tecnologias modernas, assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação”

(Manifesto das Bibliotecas Públicas, 1994).

Os contratos programa assinados entre as Bibliotecas Municipais Tipo 3 e a DGLB referem que estas têm de adquirir anualmente 10% do seu fundo. A Biblioteca Municipal de Castelo Branco vai comprando obras, de forma sistemática, sondando sempre a necessidades dos seus utilizadores. Esta sondagem faz-se através da caixa de sugestões localizada no balcão central, onde os utilizadores anotam as temáticas que gostariam de ver nas diversas salas de leitura e de multimédia. Em relação ao espólio infanto-juvenil, tem-se o cuidado de escolher obras do Plano Nacional de Leitura.

Para além do espólio adquirido, a Biblioteca recebe muitos livros e material não-livro que é oferecido pelos próprios munícipes. É muito frequente a biblioteca receber colecções inteiras dos mais variados géneros e temáticas, sejam livros de banda desenha, romances, ficção, ou cd's e dvd's infantis

O gráfico n.º 1 relata como o espólio evoluiu desde 1938, onde a Biblioteca possuía 6 000 volumes; em 1949, cerca de 10 000; em 1959, havia 15 794; em 1974, cerca de 30 000; em 1984, cerca de 35 000; em 2003, cerca de 80 000 documentos; e atualmente detém cerca de 150 000 documentos, dos quais aproximadamente 9 000 são material não-livro (CD's, DVD's, cassetes vídeo e cerca de 5 000 fotografias).

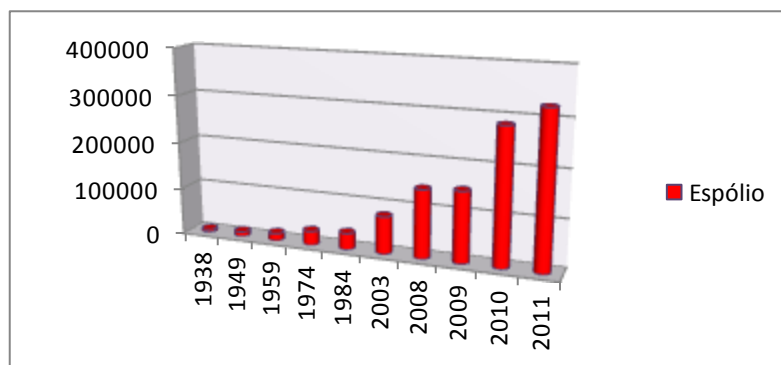


Gráfico n.º 1 - Evolução do espólio

Atualmente a biblioteca tem 68 000 documentos em livre acesso, constituído por livros e material multimédia - cd's e dvd's. O material não livro foi todo adquirido no processo de transferência da biblioteca, uma vez que era inexistente na antiga.

O Depósito de Reservados é constituído por 50 000 obras do início do século XVI até finais do século XIX - o Livro Antigo. Este fundo é constituído pelo espólio inicial que foi doado à biblioteca aquando da sua constituição, como acima referimos (J. Morão, Rebelo de Albuquerque, Mitra, Almeida e Cunha, José Nunes de Oliveira, Residência Albicastrense, Jaime Lopes Dias), não se encontrando em livre acesso.

No Depósito Geral, estão 105 000 obras do século XX que apenas podem ser consultadas dentro da Biblioteca e não são de livre acesso, sendo estas: Fundo Local³, Imprensa Local, Estatística e o espólio doado pela Fundação Calouste Gulbenkian, 30 000 mil livros que se encontram num depósito geral.

Na biblioteca, existe um Depósito onde estão todas as edições que o Município apoia, bem como edições próprias realizadas por investigadores, escritores da região ou ligados a Castelo Branco de alguma forma. Este legado não pertence ao acervo da biblioteca, porque é

³ “O Fundo Local reúne todo o tipo de documentação e publicações referentes a uma determinada localidade. Com mais rigor, poderemos definir o Fundo Local como um conjunto organizado de espécies documentais qualquer que seja o seu suporte (impressos e audiovisuais), produzidas por uma comunidade ou com ela relacionadas, que se referem aos mais variados aspectos da sua vida, história e actividades. Assim, o Fundo Local engloba documentos sobre a história, a política a economia, a sociedade, as instituições, a vida religiosa, as actividades associativas e sindicais, culturais e desportivas, as artes e as letras, as personalidades, etc., de uma determinada comunidade e ainda sobre a geografia, a geologia, a fauna, e a flora da região em que ela está inserida. De uma maneira geral será a documentação que respeita ao seu património cultural e Natural, mas também que reflecta o quotidiano dessa comunidade. Compete à Biblioteca Municipal recolher, tratar, conservar, explorar e difundir toda essa documentação, nos seus diferentes tipos de suporte, tornando-a acessível a toda a população”.(NUNES, 1998:129)

utilizado como oferta ou para venda. Também se encontram guardadas cerca de 5 000 fotografias do espólio de Paiva Pessoa, Jaime Lopes Dias, Fundo Turismo, António Salavissa, Salles Viana e José Barata.

Os utilizadores não têm acesso *on-line* ao espólio da biblioteca, podem fazer essa pesquisa através do site da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas (anexo 13).

Quando necessitam de consultar um livro, em especial, pedem ajuda aos funcionários que facilmente verificam a existência ou não na base de dados, o PorBase 5, da Biblioteca Nacional. Este programa permite a pesquisa por autor, temática, título, entre outros itens, o que facilita sobremaneira a vida do utilizador.

A catalogação do espólio da Biblioteca Municipal de Castelo Branco é executada pelo sistema CDU - Classificação Decimal Universal, um método internacional de classificação de documentos, onde o conhecimento pode ser dividido em 10 classes principais, e estas podem ser infinitamente divididas numa hierarquia decimal.

2.4- Missão e Objetivos da Biblioteca Municipal de Castelo Branco

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco é um equipamento cultural e um serviço público da Câmara Municipal de Castelo Branco, um serviço de leitura pública, que tem como missão facilitar o acesso à cultura, à informação, à educação e ao lazer, contribuindo assim para elevar o nível cultural e a qualidade de vida dos cidadãos.

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco está inserida na Divisão de Educação e Cultura, que, por sua vez, se encontra na dependência do Departamento de Administração Geral.

O Regulamento da Biblioteca Municipal de Castelo Branco refere que esta, como equipamento cultural que é, tem os seguintes objetivos:

- “a) Estimular o gosto pela leitura e a compreensão do mundo em que vivemos;
- b) Criar condições para a fruição da criação literária, científica e artística, proporcionando o desenvolvimento da capacidade crítica do indivíduo;
- c) Conservar, valorizar, promover e difundir o património escrito, em especial o respeitante ao fundo local, contribuindo para reforçar a identidade cultural da região;
- d) Difundir e facilitar documentação e informação útil e actualizada, em diversos suportes, relativa aos vários domínios de actividade, satisfazendo as necessidades do cidadão e dos diferentes grupos sociais;
- e) Ser um centro de informação válido, fornecendo informações certas com rapidez e profundidade;
- f) Respeitar os princípios definidos pelo Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas”

(Regulamento da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, 2011:4).

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco desenvolve várias atividades integradas nos seus objetivos, bem como outras que possam surgir e ser levadas a cabo no espaço seu físico. Deverá atualizar o seu espólio anualmente, organizá-lo para que os utilizadores disponham dele, promover atividades de animação e promoção da leitura para toda a comunidade, exposições, conferências, sessões de leitura, apoiar edições de autores locais e estabelecer uma relação direta com todos os parceiros sociais, culturais bem como outras bibliotecas escolares e municipais da região.

2.5 - Serviços

Relativamente aos serviços da atual instituição para a antiga Biblioteca Dr. Jaime Lopes Dias, as diferenças são enormes. A primeira concerne o livre acesso. O utilizador pode agora transitar livremente em todos espaços da biblioteca e encontrar facilmente o que se procura. Na antiga biblioteca, era vedada a possibilidade do toque, que sabemos, aumenta a vontade do utilizador recorrer aos serviços, tornando-o mais autónomo e lhe oferece uma liberdade de escolha, diminuindo assim os níveis de iliteracia.

O serviço de empréstimos é gratuito, o utilizador terá de se inscrever na biblioteca disponibilizando os dados do cartão de cidadão e facultando a morada completa e n.º de telefone. Mediante o cartão de leitor da biblioteca pode levar no total três documentos durante quinze dias, sendo para documentos audiovisuais o período de três dias e apenas um documento.

O material não livro é uma novidade nesta biblioteca. As áreas juvenis e adultos têm à disposição aparelhos para visionamento de cd e dvd. É um serviço muito utilizado nas férias escolares.

Desde a abertura da biblioteca, é notória uma forte evolução do empréstimo destes documentos, como se pode verificar nos gráficos n.º2, 3, 4, 5 e 6. Em 2007, o total de empréstimos foi de 15 522 e, em 2008, passou para 30 071. Em 2009, teve 21 530, em 2010, teve 18 066 e, em 2011, 15 310 documentos emprestados (anexo 14). Poder-se-á conferir uma diminuição de empréstimos nos documentos multimédia mas houve um aumento significativo nos empréstimos de livros. Chegamos à conclusão que o aumento de empréstimos surgiu nos dois primeiros anos de abertura, nos documentos multimédia, visto que era a grande novidade da biblioteca albacastrense. Atualmente, verificamos que os livros têm requisições superiores aos de multimédia.

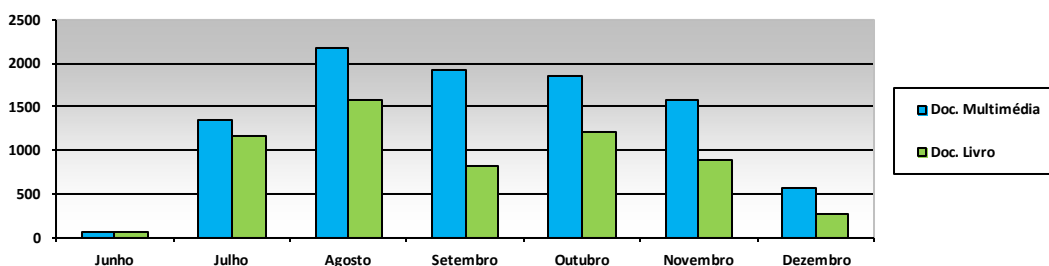


Gráfico n.º 2 - Empréstimos ano 2007

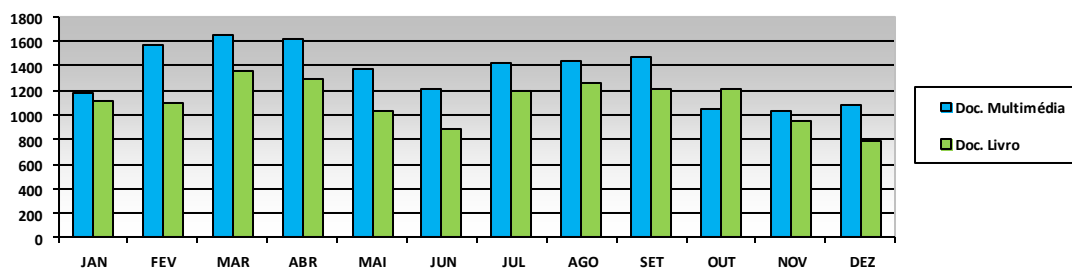


Gráfico n.º 3 - Empréstimos ano 2008

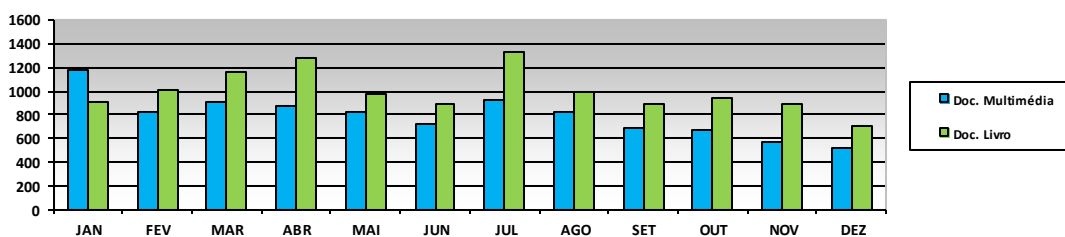


Gráfico n.º 4 - Empréstimos 2009

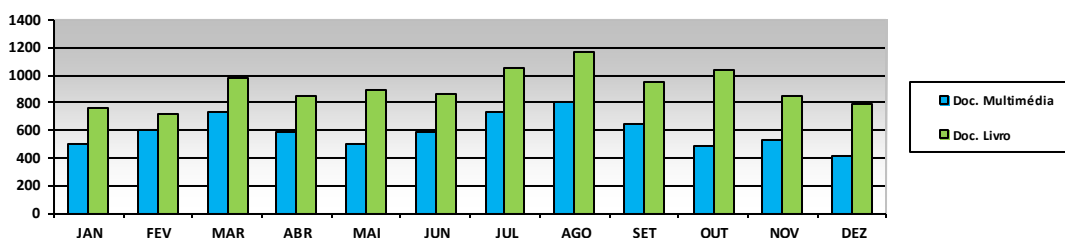


Gráfico n.º 5 - Empréstimos 2010

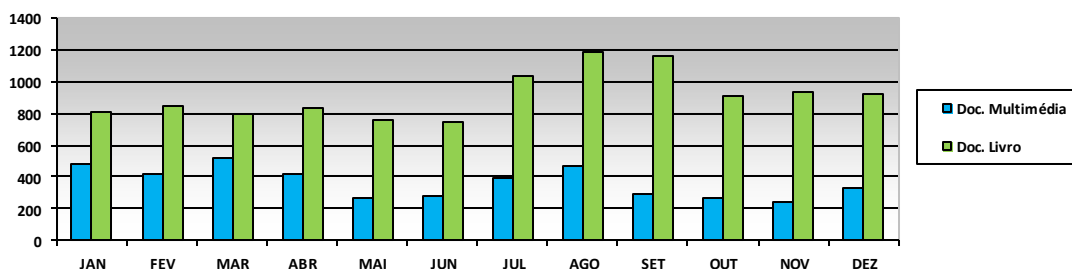


Gráfico n.º 6 - Empréstimos 2011

Outro serviço que a Biblioteca Municipal de Castelo Branco oferece é a Internet. A sociedade de informação veio destacar o papel social da biblioteca pública e potenciar as relações com os seus utilizadores. Por isso, têm de se adaptar a este novo paradigma, adotando novos modelos de organização e de prestação de serviços,

“Onde os progressos tecnológicos marcam o ritmo da sociedade e concorrência exige dos cidadãos uma actualização constante de conhecimentos, ela tem de utilizar as ferramentas mais avançadas, acompanhando a linha da frente das novidades da informação.”

(Nunes 1998:17)

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco auxilia os utilizadores no uso da internet. Notamos falta de conhecimento sobre a importância da informação e onde é que essa informação pode ser encontrada. Esta ideia é transmitida no Manifesto da UNESCO para as bibliotecas públicas quando considera que “facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática” é uma das missões essenciais destas bibliotecas. Os funcionários da Biblioteca prestam um serviço de qualidade ao educar/ensinar os utilizadores nesta nova forma de conhecimento, alertando-os para os perigos que a internet pode trazer e sugerindo sites que vão de encontro ao interesse da pessoa. Alguns sites têm acesso restrito, como medida de precaução.

A internet pode ser consultada em oito computadores instalados junto ao balcão central e que se prolonga até à área juvenil. Todos têm acesso à Internet gratuitamente, mas é limitada a períodos de meia hora, prolongáveis até uma hora, se o fluxo de público for escasso (anexo 15). Isto acontece porque, ao lado da Biblioteca, encontra-se o espaço do *Cybercentro* onde a Internet é paga e para que não haja concorrência desleal a Biblioteca Municipal de Castelo Branco limita o acesso à Internet.

Este serviço inovador tem tido uma grande adesão por parte do público, verificando-se, no entanto, um decréscimo no final de 2008, talvez por existir uma grande maioria que leva já o seu próprio portátil e usufrui da rede *wireless* que dispomos (anexo 16).

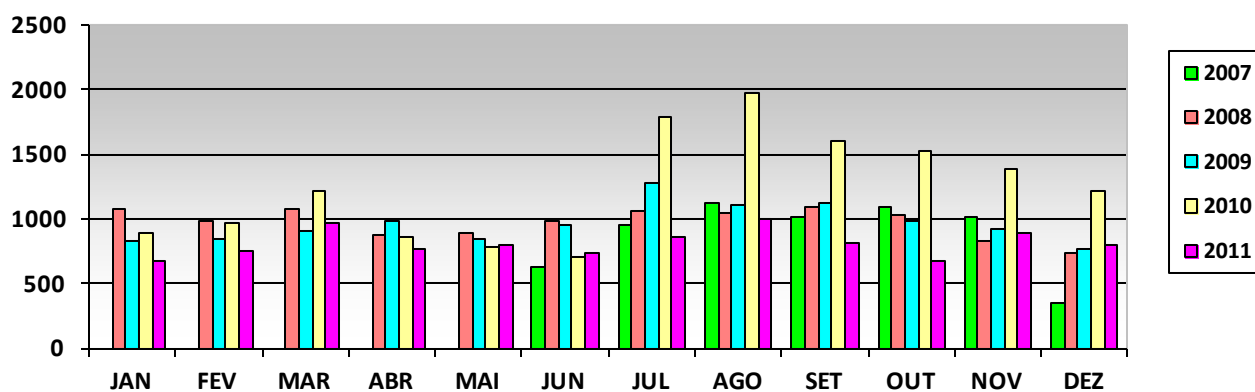


Gráfico n.º 7 - Utilizadores de Internet

Existem alguns serviços que são pagos na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, por exemplo, as impressões e fotocópias.

Tabela n.º 1 - Preçário

Fotocópias e Impressões				
	A4 PB	A4 Cores	A3 PB	A3 Cores
Geral	2,55 para além da 1ª 0,20	3,85 para além da 1ª 0,30	2,55 para além da 1ª 0,20	5,15 para além da 1ª 0,30
Estudantes	0,51 para além da 1ª 0,04	0,77 para além da 1ª 0,06	0,06	1,03 para além da 1ª 0,06

2.6 - Recursos Humanos

A Biblioteca Municipal conta no seu quadro com um técnico superior de biblioteca e documentação, dois técnicos profissionais, uma técnica de arquivo, um assistente técnico, dois assistentes operacionais, uma técnica superior, na área da animação social cultural e uma técnica superior no Sector de Cultura e Educação que desenvolve um trabalho mais relacionado com produção de espetáculos e exposições no Cineteatro Avenida. No entanto, todos, colaboram no trabalho de carácter cultural desenvolvido no espaço Biblioteca e, muitas vezes, ajudam os colegas no balcão principal, em horas de muita afluência.

O quadro de pessoal que se apresenta é manifestamente inferior ao estabelecido no protocolo para uma BM3 - 26 funcionários, dos quais 3 técnicos superiores de Biblioteca e Documentação, 12 técnicos profissionais de Biblioteca e Documentação e 1 assistente administrativo. Contudo, através de turnos rotativos, consegue-se realizar todo o trabalho, e até não encerrar na hora do almoço, estando a Biblioteca a funcionar das 10h00 até às 18h30. Há um forte espírito de ajuda que se reflete no serviço prestado.

2.7 - Atividades de Promoção da Leitura

As bibliotecas têm um papel fundamental no combate à iliteracia e tem como objetivos o incentivo a hábitos de leitura, o estímulo da criatividade, permitindo sempre o acesso gratuito à informação.

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco tem uma política viva de dinamização cultural e social, preocupando-se com a promoção do livro e a sensibilização para a leitura. É um espaço aberto à comunidade, onde todos podem participar ativamente num plano de igualdade de

perante o conhecimento, onde cada indivíduo adquire os seus próprios hábitos de leitura e conhecimentos.

Através de metodologias específicas e adequadas a BMBB propõe atividades culturais para o público adulto e para o infantil e juvenil.

2.7.1 - PÚBLICO INFANTIL E JUVENIL

As crianças devem ser alvo prioritário da missão das Bibliotecas Públicas:

“Para criar hábitos de Leitura é pois decisivo começar a ouvir ler o mais cedo possível, preferivelmente vivendo num ambiente rodeado de livros, que se insiram no quotidiano de cada um. (...) As crianças devem começar a habituar-se aos livros desde muito cedo. (...) A biblioteca de Leitura pública, tem “imensa capacidade de atracão que pode exercer através das colecções de livros e outros documentos que propõe, os espaços e o mobiliário que proporciona, as actividades de animação que promove. (...) Numa biblioteca assim concebida, todas as crianças têm um acesso democrático e centenas de livros, sobre os mais variados assuntos, apresentados das mais diferentes maneiras.”

(Nunes, 1998: 162,163,164)

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco dinamiza e apoia atividades de promoção e animação da leitura, particularmente dirigidas às crianças. Cabe à biblioteca a tarefa de tornar o acervo documental dos contos tradicionais, lendas e brincadeiras tradicionais, que dão conteúdo à expressão imaginativa da criança.

Os objetivos gerais da Biblioteca Municipal de Castelo Branco para com as crianças e jovens são:

- Sensibilizar a criança para a leitura;
- Estimular na criança o gosto pela leitura;
- Desenvolver o gosto pela leitura como meio de recreio, informação e investigação;
- Proporcionar à criança/jovem a oportunidade de adquirir e desenvolver atitudes que contribuam para a sua formação;
- Desenvolver a capacidade crítica;
- Estimular a criatividade;
- Criar novos leitores.

Não temos dúvidas em apoiar o que nos é dito por Nunes:

“O público infantil é, desde logo, especial. Está permeável aos novos conhecimentos e descobertas, pelo que o espaço Biblioteca é o ideal para descobrir o contacto

com o livro e o prazer da leitura, por vezes a crianças que com ele nunca tiveram contacto, permitindo ajudar a combater muitos casos de exclusão social, os daqueles que em suas casas, com as suas famílias, nunca gozaram dos ambientes especiais”.

(Nunes, 1998: 165)

A biblioteca elabora um projeto de promoção e animação da leitura para o público do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico (anexo 17). Este é apresentado no início de cada do ano letivo. Tal projeto comporta atividades de leitura, oficinas de escrita criativa, leitura de histórias, entre outras atividades. O lúdico ocupa, forçosamente, lugar de destaque, pelo teor apelativo das atividades e, dentro deste âmbito, cativando novos públicos, novos utilizadores, formando novos leitores. Decerto, motiva para o prazer e o gosto pela leitura, desde a primeira infância.

É neste sentido que a Biblioteca Municipal de Castelo Branco desenvolve atividades de promoção da leitura em todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar, pela qual passam diariamente cerca de 200 crianças, até aos jovens do ensino secundário (anexo 18). No entanto, a grande motivação de realização destas atividades reside no regresso destas crianças acompanhadas pelos pais, a fim de requisitarem os livros que mais lhes chamaram a atenção na sua visita com a escola. A biblioteca oferece atividades conjuntas todos os meses, onde pais e filhos podem envolver-se com o livro e a leitura. Criaram-se assim duas comunidades de leitores: “Histórias com colo” para crianças entre os 4 e 36 meses; e “Ler a Dois” para crianças entre os 3 e 10 anos, acompanhados pelos respetivos pais (anexo 19).

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco tem consciência que, futuramente, terá leitores com capacidade de ler pelo prazer de ler, investindo para a sua formação e educação.

Como o demonstra o seguinte gráfico, é notória a grande participação das crianças das atividades preparadas neste equipamento, que começou de forma ténue em 2007, mas que ao longo do tempo sofreu uma forte evolução (anexo 20).

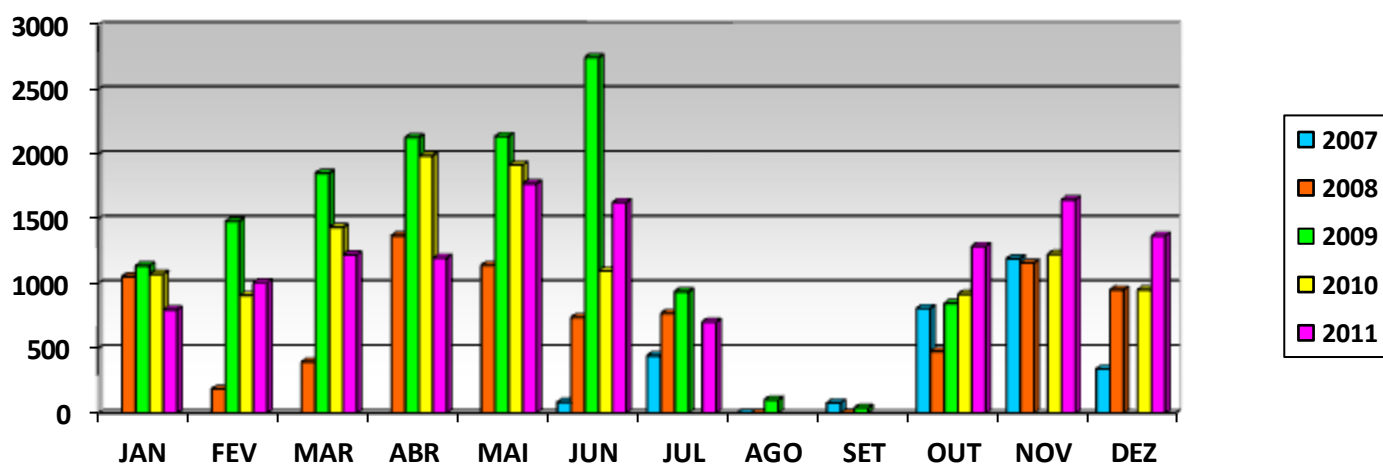


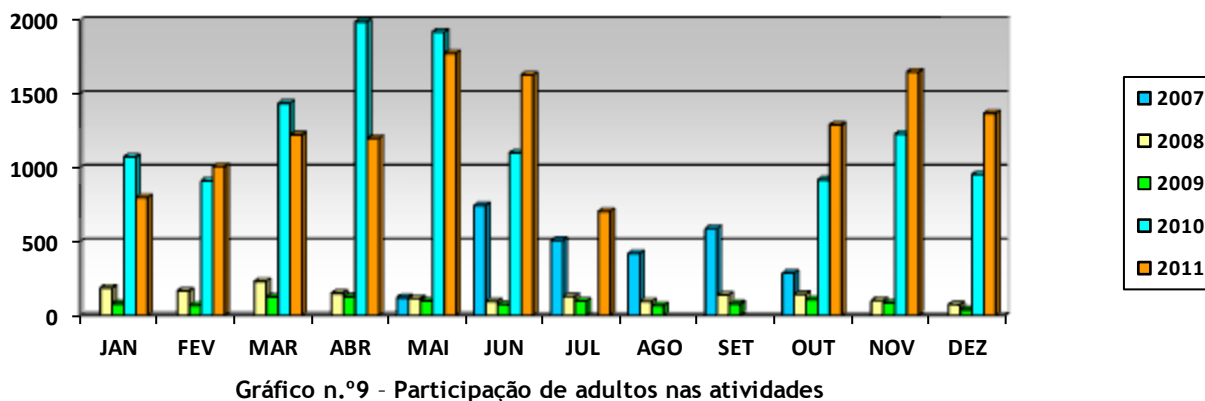
Gráfico n.º 8 - Participação das crianças nas atividades: Pré-escolar e 1º ciclo

2.7.2 - PÚBLICO ADULTO

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco é uma entidade potenciadora e criadora de cultura. Desde a sua inauguração, muitas foram as iniciativas que decorreram nas instalações, quer por sua iniciativa, quer dando apoio a instituições para a realização das suas ações. As demais atividades são dinamizadas no auditório, desde lançamentos de livros, debates, tertúlias, congressos, seminários, entre outros. Algumas delas assume-as a Biblioteca na íntegra, outras são em parceria com outras instituições. A instituição é vista pelos habitantes do concelho de Castelo Branco como um local de cultura, não se esquecendo do seu papel de formadora de novos leitores. O *foyer* é utilizado para exposições de pintura, escultura ou de cartazes a anunciar uma apresentação de livro ou uma conferência (anexo 21). Estas manifestações estão mais direcionadas ao público adulto que entra na biblioteca para ler o jornal e aproveita para ver uma mostra de arte, tomando logo nota da próxima atividade que se vai realizar.

Desde Janeiro de 2011, funciona no auditório uma vez por mês, um Clube de Leitura, que deseja oferecer aos leitores aficionados e aos leitores por conquistar um tempo e um espaço onde, a pretexto de um tema ou de um autor, se possa falar dos livros/ com os livros. Haverá, em cada sessão, um convidado especial, conhecedor dos temas ou autores propostos, para encadear o debate. Numa sociedade em que o tempo de ser é geralmente atropelado pelo tempo de ter, propõe-se, em jeito de conversa, se (re)visitem os autores, os livros, os textos que nos marcam, nos surpreendem e que por vezes nos trazem um ânimo novo, para um novo dia.

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco possui ainda outro tipo de atividades para o público mais idoso. Ela dinamiza visitas guiadas a grupos previamente marcados provenientes dos mais vários locais, dentro e fora do concelho (anexo 22). Os Centros de Dia, as Santas Casas de Misericórdias, Lares, querem conhecer a biblioteca e descobri-la. São utilizadores fiéis, que, na medida das suas possibilidades, regressam e se tornam leitores assíduos ou a Biblioteca disponibiliza um baú de livros para a sua instituição (anexo 23).



2.8 - Perfil dos Utilizadores

Os utilizadores da Biblioteca Municipal de Castelo Branco provêm de todas as camadas etárias, a população estudantil, com mais de 18 anos, as crianças e os idosos, mas com predomínio daquela. A franja de trabalhadores ativos frequenta menos este equipamento. Consideramos que este facto se deve ao horário: de segunda a sexta, das 10h00 às 18h30, sem fecho para almoço. É um horário “curto” que não dá margem para esta franja da população utilizar este equipamento. Os idosos são grandes frequentadores da secção dos periódicos. Todos os dias vêm ler à Biblioteca as últimas notícias, requisitando também livros e material não-livro. Os jovens, especialmente os estudantes do Instituto Politécnico, utilizam a Biblioteca para consultar obras de referência para a elaboração de trabalhos académicos. As salas de leitura, em época de exames encontram-se repletas de estudantes que aproveitando o sistema *wireless*, encontram aqui um espaço agradável e tranquilo.

As crianças são as utilizadoras mais entusiastas. Desde a sua abertura, já passaram pela biblioteca todas as crianças de todas as escolas do ensino pré-escolar e 1º ciclo do concelho de Castelo Branco, que conta 25 freguesias. Quando se deslocam com os colegas de turma a sua atividade é baseada nas atividades lúdico-pedagógicas preparadas pela técnica da biblioteca através de metodologias específicas e adequadas, estas, não substituindo de forma alguma o papel formativo da escola, pretendem dar cobertura aos vários níveis etários, não esquecendo nunca que estas devem ser prazerosas e que a brincadeira é para a criança representação e comunicação, abertura ao imaginário da fantasia e da criatividade.

Capítulo 3 - Desenvolvimento de Atividades ao longo do ano letivo

De imediato descrevemos todas as atividades de promoção da leitura com crianças dinamizadas entre Outubro e Junho de 2012, bem como outros programas de promoção da leitura que se desenrolaram ao longo deste ano letivo.

3.1 - Atividades de promoção da leitura com crianças

Entre Outubro de 2011 e Junho de 2012 muitas foram as atividades de promoção da leitura dinamizadas com crianças. O projeto de promoção e animação da leitura para o pré-escolar e 1.º ciclo intitulava-se “Ler para crescer...Ler para viver” . Ao elaborar este projeto a Biblioteca Municipal tem a preocupação de escolher os livros que estejam no Plano Nacional de Leitura, para que possa ir de encontro às necessidades dos professores e educadores.

De seguida, iremos descrever as atividades decorridas durante o período do nosso estágio que esta dissertação abrange, informando sobre o essencial realizado em cada mês.

3.1.1 - OUTUBRO

Durante o mês de Outubro dinamizamos a Hora do Conto: “Bebé Bigodes” de Patacrúa e Alessandra Cimatoribus. A história retrata um casal de idosos que nunca tiveram filhos e queriam muito ter um bebé. A determinada altura o velhote exigiu que a velhota tivesse um bebé. Ela escondeu um gato na camisola junto à barriga e disse ao marido que tinha tido um bebé bigodes.

Antes de se começar a contar a história deve sempre perspetivar-se a forma como a vamos explorar e quais os conteúdos a abordar

As crianças divertiram-se imenso com esta história, e através dela explicamos às crianças muitos conceitos, desde o nascimento dos bebés, a idade de se ter filhos, entre outros. Ao mesmo tempo, apelamos à imaginação e criatividade. Após a hora do conto, a Biblioteca dinamizou um ateliê de expressão plástica, as crianças pintavam um gato que é um fantoche (anexo 24). Durante este mês, passaram pela Biblioteca cerca de 1290 crianças.

3.1.2- NOVEMBRO

Durante o mês de Novembro, apresentamos duas histórias em simultâneo. “Quiquiriqui” de Mariza Nuñez para ao pré-escolar e 1.º e 2.º anos do 1.º ciclo. “A árvore das folhas A4” de Carlos Ortin proposta para o 3.º e 4.º anos do 1.º Ciclo.

Na primeira história, dirigida aos mais pequeninos, temos um pintainho que é um pouco guloso. Este tinha feito a promessa de oferecer metade do bolo ao gato, mas comeu o bolo

todo. De seguida as crianças pintaram um pintainho com tinta misturada com açúcar. Uma técnica que permite o pintainho ficar com uma cor brilhante após estar seco (anexo 25).

Para os grupos de 3.º e 4.º anos, contava-se a história “A árvore de folhas A4” que retratava uma árvore cujos seus frutos eram letras, de todos os tamanhos e feitios, de todas as cores. Cada criança tinha de explorar no final da história a sua vertente poética e artística. Individualmente elaboravam um pequeno texto e ilustravam-no para que o pudessem colocar na árvore que estava na sala da hora do conto (anexo 26). Nestas atividades participaram 1 650 crianças das escolas e jardins-de-infância do concelho e do distrito de Castelo Branco.

3.1.3- DEZEMBRO

O mês de Dezembro é sempre um mês com muita nostalgia e muito movimento na Biblioteca Municipal de Castelo Branco. Escolas e jardins-de-infância são convidadas a colaborar num concurso. Este ano a temática foi “A minha estrela de Natal”. Com muitos participantes, os trabalhos são expostos até ao Dia de Reis, e os utilizadores da biblioteca são convidados a votar na estrelinha que mais gostam. Muitos pais e avós vêm a biblioteca com os seus filhos votar na estrelinha mais bonita e aproveitam e levam uns livros para ler durante as férias de Natal.

Durante o período escolar, dinamizou-se a história “Um beijo para o Pai Natal” de Elisabeth Cloud. Nela se conta a história de um Pai Natal que está muito triste porque deixou de sonhar, e o Max, um menino com cerca de sete anos, tenta que o Pai Natal volte a sonhar. Após ouvirem a história, meteram mãos à obra e cerca de 1 370 crianças criaram o seu Pai Natal com dobragens (anexo 27).

3.1.4- JANEIRO

Desde a abertura da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, o mês de Janeiro tornou-se conhecido pelo mês do património e da cultura da nossa bonita cidade. Este mês tivemos a oportunidade de falar sobre as muralhas do nosso castelo e de como ele foi antigamente, explicando as funções dos castelos, onde se encontrava a cidade na altura. Cerca de 1 005 crianças tiveram a oportunidade de ser reis ou rainhas por um dia e ouvir a história dos nossos antepassados (anexo 28).

3.1.5- FEVEREIRO

Fevereiro é o mês da brincadeira, a Biblioteca Municipal disfarça-se de Carnaval e brinca com os seus utilizadores e cerca de 1 140 crianças elaboraram uma máscara de Carnaval na nossa biblioteca (anexo 29).

3.1.6- MARÇO

O mês de Março foi preenchido com duas atividades: o ateliê do dia do pai, a criança desenhava a sua mão, recortava-a e escrevia umas palavras para o seu pai. Outra atividade que elaboramos foi um postal em forma de ovo, onde experimentamos a técnica do sopro (anexo 30). Participaram 1 475 crianças.

3.1.7- ABRIL

O mês de Abril é um mês muito especial na Biblioteca Municipal de Castelo Branco porque se comemora o mês do livro e das bibliotecas. No dia 2 de Abril celebrou-se o Dia Internacional do Livro Infantil e no dia 23 de Abril o Dia Mundial do Livro. Durante o mês de Abril foi dinamizado o Ateliê do Dia da mãe e elaborou- um postal para cada um entregar à sua mãe.

Em todas as atividades a biblioteca, tem a preocupação de motivar e proporcionar momentos de leitura, onde as crianças exploram os livros e a biblioteca (anexo 31). Foi um mês bastante movimentado na biblioteca com cerca de 1230 crianças a participarem em atividades de animação da leitura.

3.1.8- MAIO

Durante o mês de Maio cerca de 1 413 crianças participaram nas atividades da biblioteca. Dinamizou-se a história “Chibos sabichões” para as crianças do pré-escolar e do 1.º e 2.º anos do 1.º Ciclo. Mais uma vez a biblioteca apelou à imaginação e criatividade das crianças e motivou para o livro e a leitura. Para os alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo trabalharam uma história onde se apelava à assuntos mais sérios, a história chamava-se “Um livro para todos os dias”, contava a história de dias que são melhores outros piores, dias que fazem história, dias em que nos portamos bem e outros mal. No final da história, todos tinham o desafio de dizer como eram os seus dias, num ateliê de escrita criativa.

3.1.9- JUNHO

No mês de Junho, comemorou-se um dia muito importante para as nossas crianças, o Dia 1 de Junho onde se comemora o Dia Mundial da Criança. Este foi um dia em que passaram pela biblioteca crianças do pré-escolar, crianças do 1.º e 2.º ciclo e alunos dos cursos CEF⁴ do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva. Realizamos ateliês no exterior da Biblioteca e Bibliopapers no interior da Biblioteca (anexo 32).

Nos restantes dias dinamizou-se na hora do Conto o livro do Plano Nacional de Leitura “As preocupações do Billy” que nos apresenta uma criança que andava sempre preocupada e tinha

⁴ Curso de Educação e Formação (CEF) “Práticas de Ação Educativa”

muitos medos. Após a leitura da história cada criança produziu um boneco para os ajudar a libertar dos seus medos (anexo 33).

3.2 - Outras atividades de promoção da leitura

Para além das atividades de promoção da leitura que temos todos os meses para público escolar, recebemos também visitas guiadas de escolas, lares e outras instituições que queiram conhecer a Biblioteca Municipal de Castelo Branco. Nessas visitas, explicamos o funcionamento da biblioteca, bem como sensibilizamos os utilizadores para uma boa utilização do espaço, explicando como está organizada e as normas que a regem.

Mensalmente foram dinamizadas atividades para pais e filhos, no projeto Ler a 2 e no projeto Clube de Leitura para adultos (anexo 34). Para além de todas estas atividades, durante o ano letivo estivemos particularmente atentos aos jovens alunos do curso “Auxiliares de Crianças” CEF⁵ do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva devendo eles também apoiar as atividades diárias da biblioteca (anexo 35).

⁵ Curso de Educação e Formação (CEF) “Práticas de Ação Educativa”

Conclusões

A Biblioteca Pública, enquanto espaço de prestação de serviço público, enquanto instituição que garante a igualdade de acesso à informação, agente de democratização cultural, deve estabelecer, com a sua comunidade, dinâmicas de interação, adequando os seus serviços e recursos disponíveis aos seus públicos.

O seu funcionamento e os serviços oferecidos, a partir dos quais, no plano educacional, informacional e cultural, bem como as relações que os utilizadores estabelecem com cada um destes espaços utilizando o espaço físico, as coleções nos diferentes suportes de informação, privilegiam a abertura e a acessibilidade, a universalidade da Biblioteca Pública, num quadro de interação social e cultural. É neste contexto que nasce o novo espaço da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, apresentando-se como um recurso insubstituível, para formar e educar, promovendo a cultura, assegurando o saber, ao mesmo tempo proporcionando o deleite do Leitor. Pode ainda apresentar-se como instituição de inesgotável riqueza de saber, numa sociedade indubitavelmente marcada pela constante mutação da informação e do conhecimento, em que é fundamental que se aprenda a procurar informação, para, com ela, fazer uso de um espírito crítico, capacidade de reflexão e decisão. Pelo que, hoje em dia, aprender é questionar e procurar, valorizando a educação permanente a autoformação.

Na concretização deste objetivo, a Biblioteca Municipal de Castelo Branco trabalha para públicos plurais, com mobilidade de frequência eminentemente flutuantes. Fazem parte destes: os que utilizam alguns recursos, espaços e equipamentos e aí permanecem apenas para estudar; os que são assíduos das atividades culturais ou atividades de promoção da leitura dirigidas ao público escolar, mas não frequentam regularmente a Biblioteca; os que apenas vão à internet; os que utilizam principalmente os sistemas de empréstimo domiciliário de documentos livro e não livro, não permanecendo mais do que alguns minutos em cada visita. Fazem ainda parte destes públicos, grupos de meios mais desfavorecidos, recorrendo a suportes impressos e principalmente digitais, privilegiando a ligação à internet.

Neste sentido, a Biblioteca assume-se como local de estudo e erudição, sendo ainda os livros, suportes privilegiados no âmbito de necessidades escolares e de outras investigações e, neste contexto, ela é guardiã do saber e da cultura; refúgio para os autodidatas de utilização de serviços e suportes: livros, jornais e revistas mas também, CD's e DVD'S e acesso à internet, encontrando, neste espaço, apoio à autoformação, podendo dispor sempre do auxílio de funcionários.

O lúdico ocupa, forçosamente, lugar de destaque, pelo teor apelativo das atividades e, dentro deste âmbito, cativando novos públicos, novos utilizadores, formando novos leitores. Seguindo este paradigma, a Biblioteca Municipal de Castelo Branco motiva para o prazer e o gosto pela leitura, desde a primeira infância,

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco promove e dinamiza atividades de promoção da leitura com todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar, passando diariamente cerca de 200 crianças. A grande motivação de realização destas atividades reside no regresso destas crianças acompanhadas pelos pais, a fim de requisitarem os livros que mais lhes chamaram a atenção na sua visita com a escola. Assim, a Biblioteca Municipal de Castelo Branco tem consciência que, futuramente, terá leitores com capacidade de ler pelo prazer de ler, investindo para a sua formação e educação.

Referências bibliográficas

BARATA, Paulo J.S. (2003). *O livros e o Liberalismo: Da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BARATA, Paulo J.S. (2005). As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime. In, *Revista Análise Social* , vol xl (174) 2005. Páginas 37-63

BORGES, Maria Manuel (2002). *De Alexandria a Xanadu*. Coimbra: Quarteto.

CAMPOS, Fernanda Maria (2007). *Gestão de Coleções e Depósito Legal: Princípios e Boas Práticas*. In, Calixto, José. *Bibliotecas para a Vida: literacia, conhecimento, cidadania*. Évora: Edições Colibri.

CHARTIER, Roger (1997). *A ordem dos livros*. Lisboa: Veja.

COSME, Alfonso Muñoz (2004). *Los espáacios del saber: Historia de la arquitectura de las bibliotecas*. Gijón: Ediciones Trea.

CRUZ, António (1959). *Biblioteconomia: noções elementares*. Porto: Livraria Tavares Martins.

CURTO, Diogo Ramada (2006). *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ECO, Umberto (1987). *A Biblioteca*. Lisboa. Difel.

ESCOLAR, Hipólito (1990). *Historia de las bibliotecas*. Madrid: Fundacion Germán Sánchez Ruipérez.

FIOLHAIS, Carlos (2007). Depósito legal nas bibliotecas portuguesas. In, Calixto, José. *Bibliotecas para a Vida: literacia, conhecimento, cidadania*. Évora: Edições Colibri.

GASCUEL, Jacqueline (1987). *Um espaço para o livro - como criar, animar ou renovar uma biblioteca*. Lisboa. Publicações D. Quixote.

GILL, Philip (2003). *Os serviços da biblioteca pública: Directerizes da IFLA/UNESCO*. Lisboa: Caminho.

GOMES, José António (2000). *Da nascente à voz: contributos para uma pedagogia da leitura*. Lisboa: Caminho.

ISAÍAS, Pedro (1999). *As bibliotecas digitais*. Lisboa: Universidade Aberta.

LOBO, Ernesto Pinto; LUCAS, Francisco António Caldeira. (1981). *A Biblioteca Municipal de Castelo Branco*. Castelo Branco.

MANGUEL, Alberto (1999). *Uma história da leitura* (2.^aed). Lisboa: Editorial Presença.

MELO, Daniel (2005). As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-198). In, *Revista Análise Social*, vol XI (174) 2005. Páginas 65-86.

NEVES, José Soares, LIMA, Maria João, BORGES, Vera (2007). *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE*. Lisboa: GEPE.

NUNES, Henrique Barreto (1998). *Da biblioteca ao leitor - estudos sobre a literatura pública*. Braga. Autores de Braga.

NUNES, Luís Filipe de Abreu (1987). *Como organizar uma pequena biblioteca*. Lisboa: BAD.

PENNAC, Daniel (1993). *Como um romance* (3.^a ed). Porto: Edições Asa.

PINTO, Maria Leonor Cardoso Sérgio (2007). *O marketing nas bibliotecas públicas portuguesas*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-EU.

ROXO, António (1880). *Monografia de Castelo Branco*. Edição do autor. Castelo Branco .

SACRISTÁN, José Gimeno (2008). *A educação que ainda é possível: ensaios sobre a cultura para a educação*. Porto. Porto Editora.

SANTOS, Manuel Tavares (1958). *Castelo Branco na história e na arte*. Castelo Branco. Edição do autor.

SILVA, Lino Moreira (2000). *Bibliotecas Escolares - um contributo para a sua justificação, organização e dinamização*. Braga. Livraria Minho.

USHERWOOD, Bob (1989). *A Biblioteca Pública como conhecimento público*. Lisboa. Editorial Caminho

VENTURA, João J. B. (2002). *As bibliotecas e esfera pública*. Oeiras: Celta Editora.

CADERNOS BAD 3. (1994). Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecas, Arquivistas e Documentalistas.

WEBGRAFIA

DECRETO-LEI N.º 73/82 (1982). [<http://dre.pt/pdf1s/1982/03/05100/04760478.pdf> acedido a 08/08/2012]

DIRECÇÃO GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS. [<http://www.dglb.pt/> acedido a 22/05/2012]

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO. [<http://www.cm-castelobranco.pt/> acedido a 07/08/2012]

CENSOS 2001. [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_2001 acedido a 15/08/2012]

CÓDIGO ÉTICA (1999). [http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf acedido a 20/08/2012]

CUNHA, Murilo Bastos da (1999). Desafios na construção de uma biblioteca digital. [<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a3.pdf> acedido a 10/04/2012]

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN [<http://www.gulbenkian.pt/> acedido a 10/07/2012]

MANIFESTO DE OEIRAS (2003). [<http://catbib.cm-beja.pt/MULTIMEDIA/ASSOCIA/CDU/02BIBLIOTECONOMIA/021FUNCAOBIB/OEIRASPULMAN.PDF> acedido a 08/02/2012]

MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (1994). [http://www.bibliotecadetorresvedras.net/ficheiros/pdfs-anexos/manifesto_unesco_sobre_bibliotecas_publicas.pdf acedido a 10/02/2012]

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO (2011) [<http://www.cm-castelobranco.pt/index.php?link=regulamentos> acedido a 09/09/2012]

SANTOS, Jociel Machado (2009). Vida de ensino: o processo histórico evolutivo das bibliotecas da Antiguidade até ao Renascimento. [<http://rioverde.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/vidadeensino/article/view/58/40> acedido a 24/08/2012]

SILVA, Elane Ribeiro (s.d). As bibliotecas como espaço de preservação da memória da humanidade: passado, presente e futuro das unidades de informação. In, [<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/155/92> acedido a 10/07/2012]

PEREIRA, Ângela Salgueiro (s.d). O advento digital e a nova missão da biblioteca pública. [<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/AdventoDigitalBib-Leiria.pdf> acedido a 11/05/2012]

PROGRAMA DE APOIO ÀS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS (2009) [http://rcbp.dglib.pt/pt/Bibliotecas/Documents/Doc01_ProgramadeApoio2009.pdf acedido a 20/03/2012]

PROJETO GUTENBERG. [<http://www.gutenberg.org/> acedido a 08/01/2012]

ANEXOS

ANEXO 1: Interior da Biblioteca Municipal Dr. Jaime Lopes Dias



ANEXO 2: Exterior da Biblioteca Municipal de Castelo Branco



ANEXO 3: Átrio da Biblioteca



ANEXO 4: Sala Polivalente



ANEXO 5: Balcão de Atendimento



ANEXO 6: Leitura Informal



ANEXO 7: Área Multimédia



ANEXO 8: Área Adultos



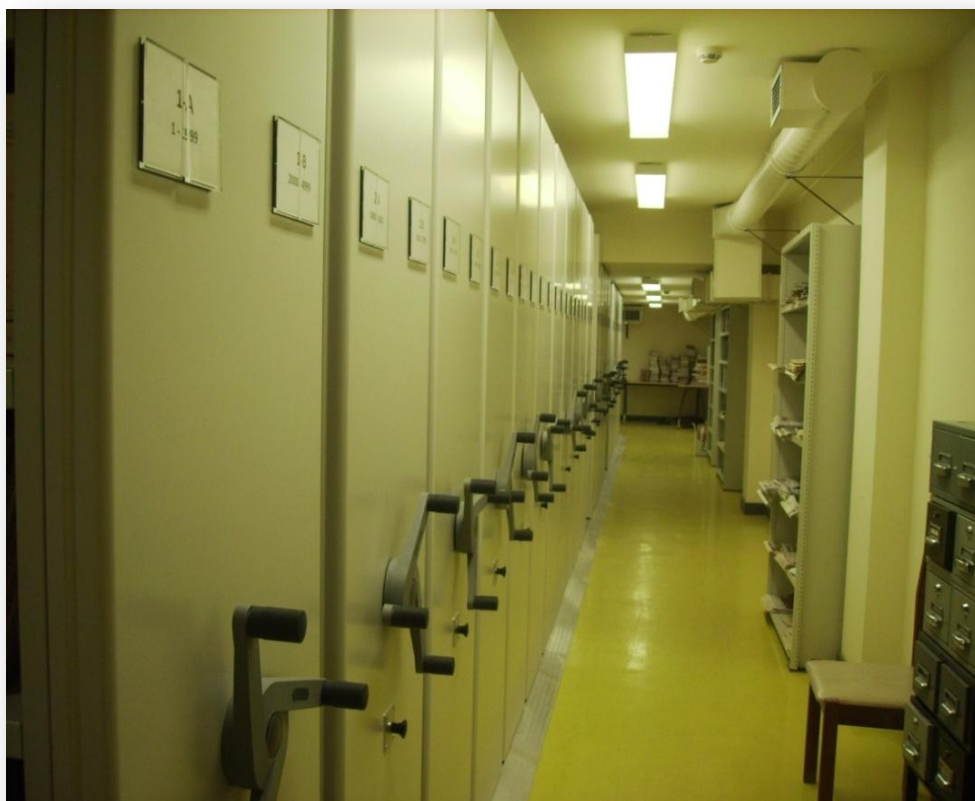
ANEXO 9: Área Juvenil



ANEXO 10: Sala da Hora do Conto



ANEXO 12: Depósitos



ANEXO 13: Pesquisa Rede Conhecimentos das Bibliotecas Públicas

The screenshot shows a Windows Internet Explorer browser window displaying the 'Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas' website. The search results for 'António Salvado' are shown, with 54 records found. The first record is '1. A flor e a noite : poemas / António Forte Salvado. Castelo Branco : [s. n.], 1955.' The browser's address bar shows the URL: http://catalogo.rcbp.dglib.pt/ipac.jsp?session=12CN663185089.325418&menu=search&aspect=basic_search&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=rcbp&ri=...

Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas - Windows Internet Explorer
http://catalogo.rcbp.dglib.pt/ipac.jsp?session=12CN663185089.325418&menu=search&aspect=basic_search&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=rcbp&ri=...

Windows Live Live Search
Novidades Perfil Correio Fotografias Calendário MSN Partilhar Iniciar sessão

Google Arquivo Municipal de Castelo Branco Pesquisar Verificação ortográfica Preenchimento automático Arquivo Iniciar sessão

Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas

AVG António Salvado Pesquisar Proteção total Informações do AVG Saiba mais Ferramentas

Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas

Listas Bibliográficas - 0 Ajuda

Catálogo dos Fundos Locais

Simples Elaborada Avançada Índices Multibase Histórico

Pesquisar por: Palavras chave António Salvado

A pesquisar em **Catálogo dos Fundos Locais das Bibliotecas da RBNP**

Ordenar por: Selecionar...
Região: Selecionar...
Distrito: Castelo Branco
Concelho: Castelo Branco
Biblioteca: Castelo Branco
Tipo Documento: Selecionar...
País: Selecionar...
Língua: Selecionar...
Seguintes

Resultado da pesquisa
54 registos para: António Salvado

1. A flor e a noite : poemas / António Forte Salvado. Castelo Branco : [s. n.], 1955.

Adicionar à lista

Internet | Modo Protegido: Activado 100%

última versão 2 DE J... trabalho de bibliote... Google - Windows L... Rede de Conhecime...

ANEXO 14: Tabela referente a empréstimos anos 2007-2011

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2007						62	1348	2176	1927	1850	1582	1391
2008	1779	1563	1645	1610	1376	1215	1427	1432	1463	1053	1028	1086
2009	1180	827	900	879	820	724	925	831	691	668	578	523
2010	506	600	732	585	506	588	736	806	648	485	529	413
2011	484	422	517	422	264	277	390	470	297	270	247	335

Documentos Multimédia

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2007						56	1169	1581	825	1221	882	714
2008	1112	1098	1354	1288	1034	888	1193	1267	1213	1207	949	791
2009	904	1007	1168	1278	973	888	1337	997	887	947	885	713
2010	763	722	984	854	890	867	1046	1168	949	1040	851	798
2011	813	848	798	833	758	746	1029	1179	1161	906	929	915

Documentos Livros

ANEXO 15: Área de Internet



ANEXO 16: Tabela referente à utilização da Internet nos anos 2007-2011

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2007						630	947	1118	1011	1093	1017	874
2008	1074	991	1074	874	898	979	1062	1053	1093	1033	823	731
2009	829	843	901	981	851	957	1275	1101	1124	986	930	771
2010	898	965	1213	861	788	703	842	865	706	570	557	592
2011	678	745	962	770	802	743	858	1004	807	669	887	796

ANEXO 17:” Ler para crescer... Ler para viver”

Projeto de Atividades



“LER PARA CRESCER... LER PARA VIVER...”

Biblioteca Municipal de Castelo Branco

Projecto de Promoção e
Animação da Leitura

Ano Lectivo 2011/2012
Pré-Escolar /1.º Ciclo



OUTUBRO



HORA DO CONTO: “Bebé Bigodes”, Patacrúa e Alessandra Cimatoribus

06 A 21 DE OUTUBRO DE 2011 (Pré - Escolar)



ATELIÊ DE EXPRESSÃO PLÁSTICA: “Aqui há gato...”
06 A 21 DE OUTUBRO DE 2011



HORA DO CONTO: “O Segredo do Rei Curro”, de Patacrúa e Magicomora

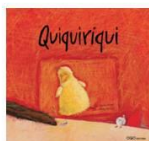
06 A 21 DE OUTUBRO DE 2011 (1.º ciclo)

ATELIÊ DE EXPRESSÃO PLÁSTICA: “A mala dos segredos...”

06 A 21 DE OUTUBRO DE 2011



NOVEMBRO



HORA DO CONTO: "Quiquiriqui" de Marisa Núñez e Helga Bansch
07 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011 (Pré-escolar / 1.º e 2.º Ano)

ATELIÊ DE PINTURA
"Vamos pintar o nosso Quiquiriqui..."
07 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011



HORA DO CONTO: "A árvore das folhas A4" de Carles Cano e Carlos Ortin (3.º e 4.º anos)
07 a 25 de Novembro de 2011



ATELIÊ DE EXPRESSÃO PLÁSTICA
"O outono chegou mas as palavras continuam..."
07 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011



DEZEMBRO



HORA DO CONTO: "CONTO DE NATAL" (A DESIGNAR)
05 A 23 DE DEZEMBRO DE 2011

ATELIÊ DE NATAL : "Os duendes de Natal"
05 A 23 DE DEZEMBRO DE 2011

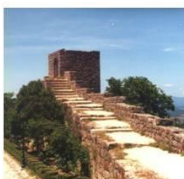


CONCURSO: "A minha estrela de Natal"

Trabalhos entregues até dia 04 de Dezembro de 2011
Exposição dos trabalhos de 12 de Dezembro de 2011 a 12 de Janeiro de 2012



JANEIRO

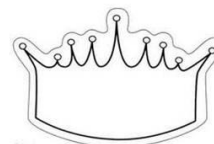


VAMOS CONHECER O NOSSO PATRIMÓNIO:
"O Castelo"

09 A 27 DE JANEIRO DE 2012

ATELIER DE EXPRESSÃO PLÁSTICA:
"Hoje sou um rei...ou uma rainha!!!"

09 A 27 DE JANEIRO DE 2012



FEVEREIRO



ATELIÉ DE CARNAVAL: É carnaval ninguém leva a mal..."

06 a 17 DE FEVEREIRO DE 2012



MARÇO



05 a 16 de MARÇO DE 2012

ATELIÊ DO DIA DO PAI:

“Vamos fazer uma prenda para o PAI”

ATELIÊ DA PÁScoa
20 A 30 DE MARÇO DE 2012



ABRIL



03 A 05 DE ABRIL DE 2012

ATELIÊ DA PÁScoa

16 A 30 DE ABRIL DE 2012
ATELIÊ DO DIA DA MÃE

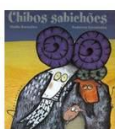


DIA INTERNACIONAL DO LIVRO INFANTIL
02 DE ABRIL DE 2012

DIA MUNDIAL DO LIVRO
23 DE ABRIL DE 2012



MAIO



HORA DO CONTO: “Chibos Sabichões” de Olalla González
07 A 25 DE MAIO DE 2012 (Pré-escolar, 1.º e 2.º anos)

ATELIÊ DE EXPRESSÃO PLÁSTICA:
“Três Chibos Sabichões”
07 A 25 DE MAIO DE 2012



HORA DO CONTO: “Um livro para todos os dias” de Isabel Martins e Bernardo Carvalho
07 A 25 DE MAIO DE 2012 (3.º e 4.º anos)

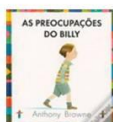


ATELIÊ DE ESCRITA CRIATIVA
“E os nossos dias??? Como são?”

07 A 25 DE MAIO DE 2012



JUNHO



HORA DO CONTO: “As preocupações do Billy” de Anthony Browne
04 A 22 DE JUNHO DE 2012 (Pré-escolar, 1.º e 2.º anos)

ATELIÊ DE EXPRESSÃO PLÁSTICA
“O meu boneco das preocupações”

COLOCAR IMAGEM



HORA DO CONTO: “Abada de Histórias” de António Mota
04 a 22 DE JUNHO DE 2012 (3.º ano)

ATELIÊ DE EXPRESSÃO PLÁSTICA:
“A minha banda desenhada”

COLOCAR IMAGEM



JUNHO



HORA DO CONTO: “Contos e Lendas de Macau” de Alice Vieira

04 A 22 DE JUNHO DE 2012 (4.º ano)

ATELIÊ DE EXPRESSÃO PLÁSTICA:
“A minha banda desenhada”

COLOCAR IMAGEM

1 DE JUNHO DE 2012
DIA MUNDIAL DA CRIANÇA
(Pré-escolar e 1.º Ciclo)



ACTIVIDADES PERMANENTES SOB MARCAÇÃO PRÉVIA

LER A 2 - A partir de Outubro, a BMCB lança o projecto “Ler a 2” que consiste na promoção da leitura das crianças acompanhadas por um adulto, fortalecendo assim os laços familiares e simultaneamente a competência e o gosto pela leitura.

HORÁRIO:

Mensalmente - na última quinta - feira do mês, por volta das 18 h.

Número mínimo - 5 crianças/5adultos

Número máximo - 15 crianças / 15 adultos



A partir dos 3 anos



HISTÓRIAS COM COLO: VER, LER, OUVIR E SENTIR - A partir de Outubro, a BMCB lança o projecto “Histórias com colo: ver, ler, ouvir e sentir”, que irá permitir uma ligação entre os pais e o bebé, através da leitura, promovendo assim aquisição de capacidades linguísticas através dos sons e ritmos das histórias contadas e encenadas e muito reconfortantes para os bebés.

HORÁRIO:

Bimestral - na segunda terça-feira do mês, por volta das 18 h.



Número mínimo - 5 crianças/5adultos

Número máximo - 15 crianças / 15 adultos

Dos 4 meses aos 3 anos.



ANEXO 18: Atividades na área infantil



ANEXO 19:Atividade “Ler a Dois”



ANEXO 20: Tabela referente ao número de crianças que participaram em atividades Entre 2007-2011

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2007						85	444	0	80	810	1194	1372
2008	1055	187	397	1372	1143	740	771	0	0	478	1161	954
2009	1140	1482	1855	2131	3010	2150	940	102	40	900	1245	950
2010	1074	911	1438	1990	1920	1100	0	0	0	920	1230	955
2011	800	1010	1225	1200	1775	1630	705	0	0	1290	1650	1370

ANEXO 21: Exposição sobre Luís Augusto Pinto Garcia no Foyer



ANEXO 22: Visita guiada a um grupo de idosos



**ANEXO 23: Tabela referente ao número de
adultos que participaram em atividades
Entre 2007-2011**

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2009	50	50	65	70	60	75	25	25	0	40	45	33
2010	56	123	233	467	246	165	0	0	0	55	70	95
2011	60	84	71	84	0	0	0	0	0	0	30	35

ANEXO 24: Atividades Outubro 2011



ANEXO 25: Atividades Novembro 2011



ANEXO 26: Atividades Novembro 2011



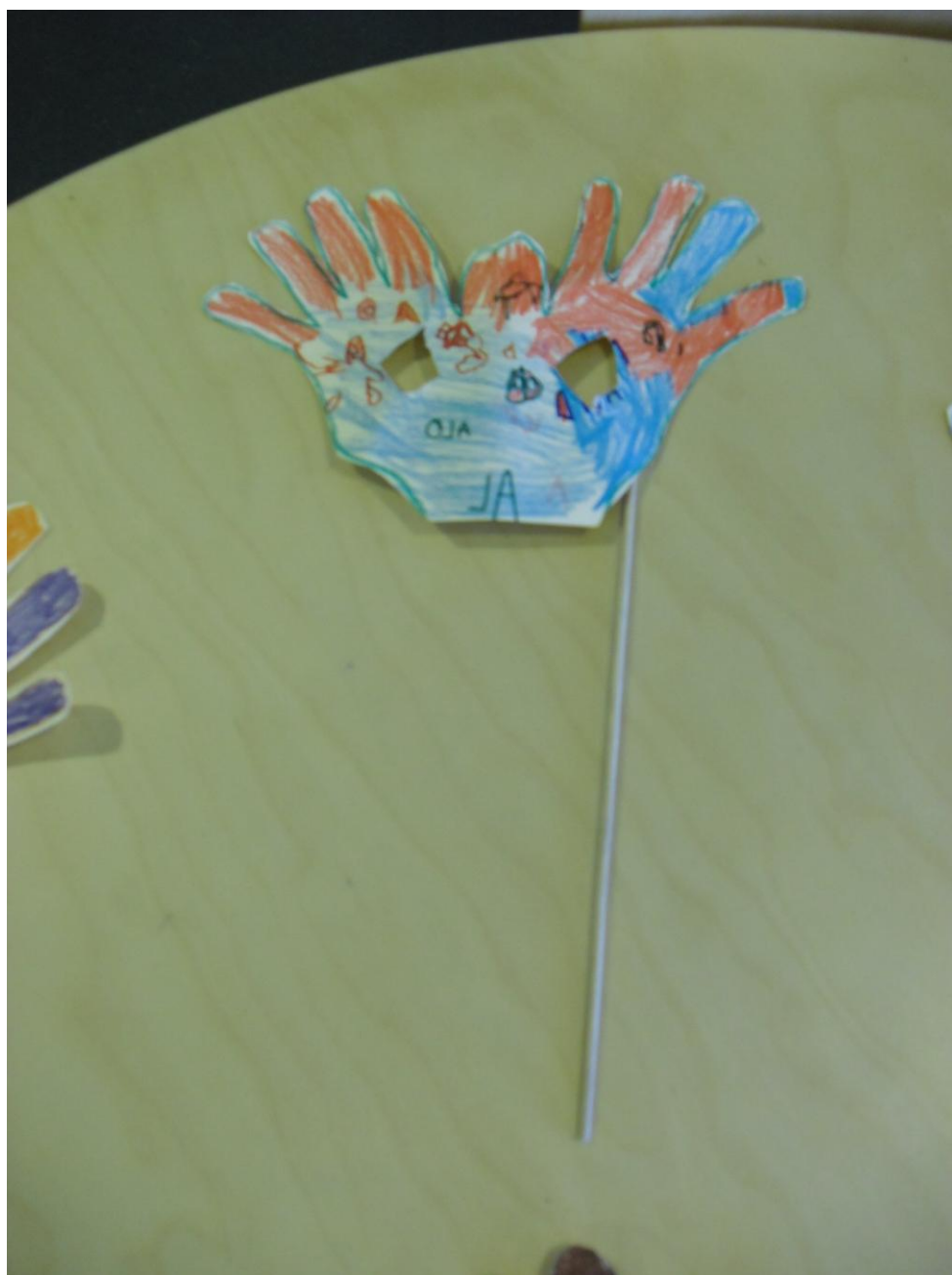
ANEXO 27: Atividades Dezembro 2011



ANEXO 28: Atividades Janeiro 2012



ANEXO 29: Atividades Fevereiro 2012



ANEXO 30: Atividades Março 2012



ANEXO 31: Atividades Abril 2012



ANEXO 32: Atividades Junho 2012



ANEXO 33: Atividades Junho 2012



ANEXO 34: Clube de Leitura Adultos



ANEXO 35: Grupo Cef Afonso de Paiva



ANEXO 36: Regulamento da Biblioteca Municipal de Castelo Branco



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE CASTELO BRANCO**

REGULAMENTO

**Aprovado pela Câmara Municipal,
a 4 de Fevereiro de 2011**

SUMÁRIO

PREÂMBULO	3
CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS	3
ARTIGO 1º	3
LEI HABILITANTE	3
ARTIGO 2º	3
DEFINIÇÃO	3
ARTIGO 3º	3
OBJECTIVOS GERAIS	3
ARTIGO 4º	4
ACTIVIDADES	4
ARTIGO 5º	4
ÁREAS FUNCIONAIS	4
ARTIGO 6º	5
PROIBIÇÕES	5
ARTIGO 7º	6
HORÁRIO	6
CAPÍTULO II: DOS UTILIZADORES	6
ARTIGO 8º	6
UTILIZADORES/LEITORES	6
ARTIGO 9º	6
INSCRIÇÕES	6
ARTIGO 10º	7
DIREITOS	7
ARTIGO 11º	7
DEVERES	7
CAPÍTULO III: DA CONSULTA DOS DOCUMENTOS	8
ARTIGO 12º	8
ACESSO	8
ARTIGO 13º	8
CONSULTA NA BIBLIOTECA	8
ARTIGO 14º	10
EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO	10
ARTIGO 15º	11
REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	11
CAPÍTULO IV: DOS FUNCIONÁRIOS	11
ARTIGO 16º	11
FUNÇÕES	11
CAPÍTULO V: DISPOSIÇÕES FINAIS	12
ARTIGO 17º	12
CASOS OMISSOS	12
ARTIGO 18º	12
REVISÃO	12
ARTIGO 19º	12
REVOGAÇÃO	12
ARTIGO 20º	12
ENTRADA EM VIGOR	12
ANEXO I.....	13

PREÂMBULO

A Biblioteca Municipal de Castelo Branco constitui-se como um equipamento cultural destinado a prestar um serviço de leitura pública a toda a comunidade, independentemente da sua raça, nacionalidade, sexo, religião, língua, situação social ou económica, nível de instrução ou ideologia política.

O presente Regulamento justifica-se pela necessidade em definir os seus objectivos e regulamentar os seus serviços e funcionamento. De facto, atendendo à actividade desenvolvida e aos serviços prestados pela Biblioteca Municipal, os quais têm por base o relacionamento diário com os seus utilizadores, fácil se torna compreender a necessidade em estabelecer normas bem definidas que regulamentem o seu funcionamento, nomeadamente no que diz respeito ao acesso às suas instalações, à consulta e utilização de documentos, à requisição e utilização domiciliária e, em especial, aos direitos e deveres que daí advêm para os utilizadores deste equipamento municipal.

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Lei habilitante

O Município de Castelo Branco, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas, pelo artigo 241º, da Constituição da República Portuguesa, pela alínea e), do nº 1, do artigo 13º e alínea a), do nº 1, do artigo 20º, ambos da Lei 159/99, de 14 de Setembro, e ainda nos termos da alínea a), do nº 7, do artigo 64º, e alínea a), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o seguinte regulamento da Biblioteca Municipal.

Artigo 2º

Definição

1. A Biblioteca Municipal de Castelo Branco é um serviço público da Câmara Municipal de Castelo Branco, que tem por finalidade facilitar o acesso à cultura, à informação, à educação e ao lazer, contribuindo assim para elevar o nível cultural e a qualidade de vida dos cidadãos, regendo-se o seu funcionamento pelas normas definidas no presente regulamento.
2. A Biblioteca Municipal de Castelo Branco está inserida na Divisão de Educação e Cultura, que, por sua vez, se encontra na dependência do Departamento de Administração Geral.

Artigo 3º

Objectivos gerais

1. A Biblioteca Municipal de Castelo Branco, como equipamento cultural que é, tem como principais objectivos:

- a) Estimular o gosto pela leitura e a compreensão do mundo em que vivemos;
- b) Criar condições para a fruição da criação literária, científica e artística, proporcionando o desenvolvimento da capacidade crítica do indivíduo;
- c) Conservar, valorizar, promover e difundir o património escrito, em especial o respeitante ao fundo local, contribuindo para reforçar a identidade cultural da região;
- d) Difundir e facilitar documentação e informação útil e actualizada, em diversos suportes, relativa aos vários domínios de actividade, satisfazendo as necessidades do cidadão e dos diferentes grupos sociais;
- e) Ser um centro de informação válido, fornecendo informações certas com rapidez e profundidade;
- f) Respeitar os princípios definidos pelo Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas.

Artigo 4º

Actividades

1. De modo a atingir os objectivos gerais enunciados, a Biblioteca Municipal de Castelo Branco desenvolverá diversas actividades preferencialmente integradas nestes objectivos, podendo, no entanto, abrir o seu espaço a outras desde que não concorrentes com estes:
 - a) Actualização permanente do seu fundo documental, no mínimo de 10% ao ano relativamente a documentos livro e audiovisual (de acordo com recomendações internacionais), de forma a evitar o rápido envelhecimento dos fundos, através de compras, permutas ou doações;
 - b) Organização adequada e constante dos seus fundos, de modo a permitir uma eficaz recuperação da informação pelos seus utilizadores;
 - c) Promoção de exposições, colóquios, conferências, sessões de leitura e outras actividades de animação cultural;
 - d) Edição de publicações de autores locais ou relacionadas com assuntos locais, desde que estas revelem ser uma mais-valia para o património cultural local;
 - e) Edição de publicações relacionadas com o seu fundo e com as suas actividades;
 - f) Estabelecimento de relações e promoção de actividades de cooperação com outras bibliotecas, entidades e organismos culturais, em especial com os da região.

Artigo 5º

Áreas funcionais

1. A Biblioteca Municipal é constituída pelas seguintes áreas funcionais:
 - A. ACESSO PÚBLICO:
 - a) Foyer;
 - b) Sala Polivalente;
 - c) Sala de consulta de Reservados;
 - d) Zonas de consulta local;
 - e) Fundo Local;

- f) Zona multimédia;
- g) Zona Infantil;
- h) Zona Juvenil;
- i) Atelier de Expressão.

B. ACESSO RESTRITO:

- a) Gabinetes de trabalho;
- b) Sala de Reuniões;
- c) Zona de Depósitos.

2. Cada uma destas áreas poderá ter um horário próprio, adaptado às características do serviço e dependente dos recursos humanos disponíveis.
3. Qualquer evento ou acção a realizar nestes espaços deverá estar de acordo com os objectivos gerais da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, condição sem a qual a cedência ou o empréstimo, quer do espaço, quer do equipamento a ela pertencentes não poderão ser feitos.
4. Qualquer pedido de utilização dos espaços da Biblioteca deverá ser dirigido por escrito ao Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.
5. Em caso de deferimento, o responsável pela Biblioteca deverá sempre designar um trabalhador da mesma para estar presente aquando da realização do evento e a quem competirá zelar pela correcta utilização das instalações cedidas.

Artigo 6º

Proibições

1. É expressamente proibido:
 - a) Levar documentos para fora das instalações físicas da Biblioteca sem o conhecimento prévio dos funcionários;
 - b) A entrada de animais na Biblioteca;
 - c) Fumar na Biblioteca;
 - d) Comer e beber no interior da Biblioteca, excepto nos locais destinados a esse fim;
 - e) Dobrar, cortar, rasgar, escrever, riscar, desenhar, sublinhar, sujar, manchar ou qualquer outra forma de inutilizar o conteúdo ou o suporte de um documento pertencente à Biblioteca Municipal de Castelo Branco, assim como retirar ou inutilizar qualquer sinalização aposta pelos serviços (tal como cotas, carimbos, etiquetas, fitas de segurança, etc.);
 - f) Tomar quaisquer atitudes que ponham em causa o ambiente de silêncio e respeito exigido neste tipo de espaço.
2. Todos aqueles que perturbarem o normal funcionamento da Biblioteca, desobedecendo às advertências feitas pelos trabalhadores de serviço, serão convidados a sair e, no caso de resistência, será comunicado às autoridades competentes, podendo a sua inscrição como utilizador ser suspensa por tempo indeterminado.

Artigo 7º

Horário

1. O horário de funcionamento da Biblioteca Municipal de Castelo Branco é fixado pela Câmara Municipal de Castelo Branco e ajustado de acordo com as necessidades dos utentes e dos recursos humanos e materiais disponíveis.

CAPITULO II: DOS UTILIZADORES

Artigo 8º

Utilizadores/leitores

1. Podem ser utilizadores da Biblioteca Municipal de Castelo Branco todos os indivíduos, independentemente da sua raça, nacionalidade, sexo, religião, língua, situação social, nível de instrução ou ideologia política, que residam, trabalhem ou estudem e, ainda, os que estejam numa situação de permanência temporária, no Concelho de Castelo Branco.
2. São admitidos dois tipos de leitores na Biblioteca:
 - a) Leitores de Presença;
 - b) Leitores Domiciliários.
3. Os leitores de presença não carecem de inscrição na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, restringindo-se a consulta e utilização do material requisitado ao espaço físico da Biblioteca.
4. Os leitores domiciliários devem requerer o Cartão de Leitor, sendo condição residir, estudar ou trabalhar no Concelho.

Artigo 9º

Inscrições

1. A inscrição como leitor da Biblioteca é gratuita.
2. A inscrição como leitor implica a aceitação e cumprimento do presente Regulamento.
3. No acto de inscrição deverão ser apresentados o bilhete de identidade, ou cédula pessoal, um documento comprovativo de residência (carta de condução, recibo de electricidade, telefone, etc. com data não superior a dois meses), e preenchida informaticamente uma ficha que funcionará como termo de responsabilidade.
4. O Cartão de Leitor será posteriormente entregue pela Biblioteca Municipal exclusivamente ao seu titular.
5. O Cartão de Leitor é pessoal e intransmissível.
6. A primeira emissão do cartão de Leitor é gratuita, sendo que a segunda via e seguintes tem o preço de 2 € (dois euros).

7. Qualquer alteração do endereço deve ser imediatamente comunicada à Biblioteca para actualização da ficha de inscrição.

Artigo 10º

Direitos

1. O leitor/utilizador tem direito a:
- a) Circular livremente em todo o espaço público da Biblioteca;
 - b) Usufruir de todos os recursos e serviços de livre acesso prestados pela Biblioteca, nos termos do presente Regulamento;
 - c) Consultar livremente os catálogos existentes;
 - d) Retirar das estantes os documentos de livre acesso que pretende consultar, ler, ouvir, visionar ou requisitar para empréstimo domiciliário;
 - e) Apresentar críticas, sugestões, propostas e reclamações.

Artigo 11º

Deveres

1. O leitor tem como deveres:
- a) Cumprir as normas estabelecidas no presente Regulamento;
 - b) Manter em bom estado de conservação os documentos que lhe forem facultados, assim como fazer bom uso das instalações e dos equipamentos;
 - c) Preencher os impressos que oportunamente serão entregues, para fins estatísticos e de gestão;
 - d) Deixar nos carrinhos colocados à sua disposição os documentos que tenha retirado das estantes para consulta na Biblioteca;
 - e) Cumprir o prazo estipulado para a devolução dos documentos requisitados para empréstimo domiciliário;
 - f) Indemnizar a Biblioteca Municipal de Castelo Branco pelos danos ou perdas que forem da sua responsabilidade;
 - g) Contribuir para a manutenção do bom ambiente na Biblioteca;
 - h) Acatar as indicações que lhe forem transmitidas pelos trabalhadores de serviço;
 - i) Comunicar imediatamente a perda ou extravio do Cartão de Leitor, sob pena de ser responsabilizado por eventuais utilizações fraudulentas por terceiros.

CAPÍTULO III: DA CONSULTA DOS DOCUMENTOS

Artigo 12º

Acesso

1. Os documentos para consulta estão organizados em regime de livre acesso e/ou reservado. Para a consulta destes últimos é necessário fazer o pedido ao funcionário.
2. Toda a documentação está arrumada nas estantes de acordo com a classificação atribuída com base na Classificação Decimal Universal (C.D.U.).
3. De modo a pesquisar e encontrar a informação pretendida, os utilizadores têm à sua disposição dois (2) tipos de catálogos:
 - a) Onomástico (por autor);
 - b) Didascálico (pelo título);
4. A pesquisa poderá igualmente ser feita na base de dados informática disponibilizada localmente pela Biblioteca.
5. A consulta dos documentos pode ser feita localmente (leitores de presença) ou por empréstimo (leitores domiciliários).

Artigo 13º

Consulta na biblioteca

1. Podem ser lidos ou consultados na Biblioteca todos os livros, periódicos, documentos audiovisuais ou outros que se encontrem nas salas de livre acesso ao público ou na área de depósitos, excepto aqueles cuja classificação etária aconselhe utilização domiciliária.
2. Não é permitido o acesso, nos serviços, a quaisquer conteúdos que pressuponham uma classificação etária desconforme com a idade do utilizador ou com o sector em que estiverem a ser consultados.
3. A consulta deve ser efectuada na área onde os documentos se encontram. Todavia, e mediante autorização do funcionário do serviço, podem, a título excepcional, transitar de uma zona para a outra.
4. Os utilizadores têm livre acesso às estantes. Contudo, para manter as estantes em correcta ordem de arrumação, não devem colocar novamente nas estantes os documentos acabados de consultar, depositando-os nos carrinhos colocados à sua disposição. A sua reposição no respectivo lugar é da exclusiva competência dos trabalhadores.
5. Em várias áreas da Biblioteca, os utilizadores dispõem de computadores e de outros equipamentos para execução de trabalhos, consulta de documentos da Biblioteca, pesquisa na Internet e/ou dos catálogos. A utilização com fins de pesquisa terá prioridade sobre a recreativa.

6. Por razões de segurança, e/ou sempre que seja aconselhável, a Biblioteca poderá limitar o acesso a algumas páginas e conteúdos da Internet.
7. Caso se justifique, os serviços da Biblioteca poderão estipular um tempo máximo de utilização dos vários equipamentos, de modo a evitar eventuais utilizações abusivas.
8. O acesso a documentos reservados que se encontram em depósito (livros e publicações periódicas antigas, obras raras ou em mau estado de conservação, documentos considerados únicos pela sua raridade, fundos de doações e outros de carácter patrimonial) será condicionado e sujeito a autorização do Bibliotecário responsável e/ou do Chefe de Divisão ou Director de Departamento.
9. A consulta dos documentos a que se refere o número anterior é feita em local próprio.
10. As áreas de reservados incluem cinco núcleos:
 - a) Livro antigo, raro ou de grande valor bibliográfico;
 - b) Manuscritos;
 - c) Documentos e materiais iconográficos;
 - d) Documento deteriorado, em restauro;
 - e) Documento em depósito.
11. Livro antigo, raro ou de grande valor bibliográfico: as obras que constituem este núcleo não poderão em caso algum ser emprestadas mas poderão ser consultadas quando tal for solicitado, devendo para tal ser requisitadas para utilização na Biblioteca, pois não se encontram em regime de livre acesso.

Integram-se neste núcleo todas as obras que preencham os seguintes requisitos:

 - a) Serem convencionalmente consideradas como livro antigo (até 1820). Este critério pode não ser considerado, por exemplo, para obras em várias unidades físicas, cujo início de publicação seja anterior, ou por outras razões a ponderar caso a caso pelo Bibliotecário responsável;
 - b) Serem exemplares de edições "antigas", *princeps* ou não, embora fora do limite convencionalmente definido para o livro antigo;
 - c) Tratar-se de exemplares autografados pelo autor ou por outro, de acordo com a importância relativa dos autografadores, sendo analisado caso a caso;
 - d) Serem edições consideradas raras ou de grande valor bibliográfico, por razões diferentes das enunciadas anteriormente.
12. Manuscritos: este núcleo inclui todo o documento escrito à mão que, pelo seu carácter único, a sua raridade, a sua proveniência ou outra característica intrínseca, se reveste de um grande valor patrimonial.
13. Documentos e materiais iconográficos: os documentos que constituem este núcleo consistem em fotografias, chapas de vidro, postais, diapositivos, cartazes e qualquer equipamento que permita a reprodução ou visualização destes documentos.
14. Documento deteriorado, em restauro: este núcleo abarca todo o documento – independentemente do seu valor – cujo estado de conservação não permite a sua consulta.
15. Documento em depósito: um documento fica "em depósito" quando está temporariamente ausente da consulta ou empréstimo, podendo esta situação não ser impeditiva do cumprimento destas funções.

Um documento pode estar "em depósito" por uma destas razões:

 - a) Devido aos seus baixos índices de utilização, foi retirado da sala de consulta para libertar espaço, de modo a permitir a renovação dos fundos;

- b) Ter sido emprestado para integrar uma exposição bibliográfica;
- c) Tendo sido recentemente adquirido, está a aguardar o respectivo tratamento documental.

Artigo 14º

Empréstimo domiciliário

1. Podem ser requisitados para consulta domiciliária todos os fundos da Biblioteca, à excepção dos documentos a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do número 10 do artigo 13º, e ainda:
 - a) Obras de referência (dicionários, enciclopédias, bibliografias, catálogos e afins, etc.);
 - b) Publicações periódicas (jornais, revistas, boletins, anuários e afins, etc.);
 - c) Obras raras, de difícil aquisição ou consideradas de luxo;
 - d) Obras que integrem exposições bibliográficas.
2. Apenas poderão beneficiar do serviço de empréstimo os utilizadores devidamente identificados com o Cartão de Leitor da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 8º.
3. É expressamente proibido requisitar documentos em nome de terceiros.
4. Em casos especiais, a Biblioteca poderá efectuar empréstimos colectivos a escolas ou outras instituições, devendo o professor ou outro responsável responsabilizar-se pela devolução em bom estado dos documentos. Estes casos particulares serão objecto de análise individual, devendo, no entanto, a devolução não ultrapassar o tempo estipulado por ambas as partes.
5. Na requisição para a leitura domiciliária, pode o leitor requisitar até ao máximo de três livros por um período de quinze dias, ao fim do qual pode renovar o mesmo pedido desde que não haja utilizadores interessados nas obras em lista de espera.
6. No caso dos documentos multimédia, o leitor apenas poderá requisitar um documento por um período de três dias, excepto nos casos em que uma obra se divida em mais do que uma unidade física, podendo nestes casos levar a quantidade necessária para a consulta integral da obra.
7. No total, cada utilizador apenas poderá ter na sua posse até ao máximo de três documentos emprestados.
8. O empréstimo para exposições de fundos documentais de valor patrimonial só deverá verificar-se desde que sejam asseguradas as condições de segurança necessárias e não seja posta em causa a sua preservação e conservação.
9. O utilizador assume toda a responsabilidade pela conservação das obras que lhe são emprestadas.
10. Em caso de extravio ou deterioração de documentos, o utilizador terá de proceder à sua substituição por um exemplar em bom estado ou reembolsar a Câmara Municipal com a quantia equivalente ao custo da obra no mercado.
11. Caso o exemplar do documento desaparecido ou deteriorado seja parte integrante de uma obra constituída por mais de um volume, o valor da indemnização será igual à totalidade do custo da obra, a menos que se verifique a restituição nas condições do número anterior.
12. Só depois de devolvidas as obras requisitadas poderão os leitores solicitar novos empréstimos.
13. Se o leitor exceder os prazos estabelecidos para o empréstimo, será avisado, por contacto telefónico e/ou bilhete-postal, para devolver os documentos com a maior brevidade possível. Caso estes não

sejam entregues quinze dias após a data da comunicação, a Câmara Municipal actuará pelos meios legais à sua disposição.

14. A Biblioteca Municipal de Castelo Branco reserva-se o direito de recusar – temporária ou definitivamente - novo empréstimo a utilizadores responsáveis pela perda, dano ou posse prolongada e abusiva de documentos.

Artigo 15º

Reprodução de documentos

1. O serviço de fotocópias e de digitalizações é reservado exclusivamente aos serviços internos e para reprodução de documentos pertencentes à Biblioteca.
2. Podem obter-se reproduções de todos os documentos que não se destinam a empréstimo domiciliário, excepto dos reservados a que se referem os n.º 11, 12 e 13 do art. 13º e de todo o documento cujo estado de conservação não permita ou não aconselhe a sua reprodução por meio de fotocópia ou digitalização, salvo se forem autorizadas pelo Presidente da Câmara Municipal.
3. Sempre que o utilizador requerer o serviço de fotocópias ou de digitalização, a execução do mesmo não deve infringir as normas legalmente estabelecidas quanto a direitos de autor.
4. As taxas das fotocópias serão as constantes da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Castelo Branco, e os preços de outras reproduções e serviços a pagar pelos utilizadores da Biblioteca serão os constantes do Anexo I do presente Regulamento.

CAPÍTULO IV: DOS FUNCIONÁRIOS

Artigo 16º

Funções

1. Ao responsável pela Biblioteca Municipal de Castelo Branco compete, no âmbito das suas funções:
 - a) Fazer cumprir o presente Regulamento;
 - b) Dirigir superiormente o funcionamento do serviço e o trabalho a desenvolver pelos trabalhadores integrados na Biblioteca;
 - c) Definir e aplicar procedimentos técnicos de tratamento documental;
 - d) Promover acções de difusão e divulgação com vista a tornar acessíveis as fontes de informação existentes na Biblioteca;
 - e) Dar pareceres técnicos na área da sua competência; e
 - f) Planificar acções culturais de promoção do serviço.
2. Aos trabalhadores da Biblioteca Municipal de Castelo Branco, conforme a sua formação técnico-profissional, e sob a orientação do responsável, compete:
 - a) Zelar pela correcta utilização das instalações e equipamentos da Biblioteca, de acordo com o estipulado neste Regulamento;
 - b) Executar as tarefas relacionadas com a aquisição, o registo, a catalogação, a cotação, o armazenamento e a difusão da documentação e informação;

- c) Realizar as funções inerentes ao serviço de atendimento, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica;
- d) Executar outras tarefas no âmbito das actividades de biblioteca e documentação a desenvolver no respectivo serviço, assim como as que lhes forem confiadas para o eficiente funcionamento da Biblioteca.

CAPÍTULO V: DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17º

Casos omissos

1. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação e interpretação do presente Regulamento serão resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal ou em quem ele delegar.

Artigo 18º

Revisão

1. O presente Regulamento será revisto sempre que se revele pertinente para um correcto e eficiente funcionamento da Biblioteca Municipal de Castelo Branco.

Artigo 19º

Revogação

1. O presente Regulamento revoga todas as disposições anteriores sobre esta matéria.

Artigo 20º

Entrada em vigor

1. O presente Regulamento entra em vigor quinze (15) dias após a sua publicação.

ANEXO I

TABELA DE PREÇOS

Impressões

SERVIÇO	VALOR A PAGAR a)
1. Impressão de folha A4 a preto/branco	2,55 €
a. Por cada folha A4 a preto/branco para além da 1ª	0,20 €
2. Impressão de folha A4 a cores	3,85 €
a. Por cada folha A4 a cores para além da 1ª	0,30 €
3. Impressão de folha A3 a preto/branco	2,55 €
a. Por cada folha A3 a preto/branco para além da 1ª	0,20 €
4. Impressão de folha A3 a cores	5,15 €
a. Por cada folha A3 a cores para além da primeira	0,30 €

Digitalizações

SERVIÇO	VALOR A PAGAR a)
1. Digitalização de folha A4	0,30 €
a. Por cada folha A4 para além da 1ª	0,10 €

a) Os estudantes beneficiam de um desconto de 80%. Para tal, deverão apresentar o Cartão de Estudante válido.